

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA “TRÂNSITO DE MÁRIO CAMPOS – PROBLEMAS E SOLUÇÕES”

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas e vinte e nove minutos, nas dependências do plenário inferior da Câmara Municipal de Mário Campos, reuniram-se autoridades, membros da população e parlamentares.

Dando início à solenidade, a Cerimonialista Jornanda anunciou: A audiência pública foi solicitada através do Requerimento nº 32, de 2025, de autoria da excelentíssima vereadora Sammantta Bleme. Para essa discussão, foram convocados e convidados a participar os representantes das empresas: MRS, Mineral do Brasil, Terminal de Cargas de Sarzedo, Terminal de Cargas Serra Azul TSL, Poder Executivo Municipal, Ministério Público de Minas Gerais, o departamento representante do Estado de Minas Gerais, demais vereadores e vereadoras, e a população mariocampense. O objetivo desta reunião, portanto, é promover o debate, junto à população, sobre as possíveis melhorias e soluções para os problemas referentes ao trânsito da cidade. Assim, sem mais delongas, faremos a composição da mesa dos trabalhos. E para isso, convidamos a excelentíssima senhora vereadora Sammantta Bleme, que presidirá esta audiência pública;

O ilustríssimo senhor vereador Dr. Aleff Diego;

O ilustríssimo senhor vereador Pastor Marquinhos;

O ilustríssimo senhor Doutor Domingos Ventura de Miranda Júnior;

E a ilustríssima senhora prefeita Andresa Rodrigues.

Registramos e agradecemos a presença, nesta audiência pública, dos ilustríssimos senhores vereadores: vereador Reinaldo Magalhães, vereador Wilson Júnior, vereador Isaias Silva, vereador Pastor Marquinhos, vereador Neguinho do Sô Jesus e vereador Nery do Tangará. Também registramos e agradecemos a presença, nesta audiência pública, dos senhores: secretário da Administração, Messias; gerente do Departamento de Trânsito e Segurança, Jorge Costa; gerente do Departamento de Obras, Mateus Júnior; gerente do Departamento de Cultura e Turismo, Alexandre Coelho; e o responsável pelo setor de Transporte, Richard Chaves. Convidamos agora, à tribuna, para o pronunciamento de abertura, o ilustríssimo senhor Presidente da Câmara, vereador Reinaldo Magalhães.

**Vereador Reinaldo Magalhães:** Uma boa tarde a todos.

Cumprimento a mesa, excelentíssimo senhor doutor Domingos, prefeita Andresa, vereador Dr. Aleff Diego, vereadora Sammantta Bleme, vereador Pastor Marquinhos, vereador e nosso amigo Neguinho ali — o Neguinho do Sô Jesus. A vereadora Daniela Gostinho, que está aí conosco. Esta é uma tarde em que a Câmara Municipal, juntamente com a excelentíssima vereadora Sammantta Bleme, realiza este trabalho com o objetivo de trazer algumas informações sobre as mineradoras e os impactos que ocorrem em nossa cidade. Sabemos que esses impactos existem, mas também não podemos ficar sem as mineradoras. Eu sou uma pessoa favorável às mineradoras. Sei que, muitas vezes, elas são criticadas, mas também sabemos que geram muitos empregos e estruturam as cidades. Estamos aqui muito próximos da cidade de Sarzedo, e vemos como Sarzedo cresceu através das mineradoras. Sei que Mário Campos pode crescer mais através dessa audiência pública aqui também, as mineradoras se juntando, se unindo mais, trazendo melhorias, trazendo mais recursos para a nossa. É uma cidade pequena, Mário Campos é uma cidade pacata, uma cidade onde as pessoas têm um grande coração, e nós estamos aqui essa tarde e sabemos que vocês, das mineradoras que estão aqui, podem, também aqui com o doutor Domingos, chegar a um bom consenso e ajudar a cidade de Mário Campos.

Uma boa tarde a todos, e o meu muito obrigado.

**Cerimonialista Jorrânia:** Convidamos agora para pronunciamento a Ilustríssima Senhora Prefeita Andresa Rodrigues.

**Prefeita Andresa:** Boa tarde a todos. Cumprimento, aqui na pessoa da vereadora Sammantta, os demais componentes da mesa: doutor Domingos, a população mariocampense, demais vereadores e servidores desta casa. Um momento extremamente importante. Mário Campos tem hoje, dentre os problemas elencados, eu diria que um deles, dos mais agravantes, é a questão do transporte. Nós precisamos coabitar. Mário Campos, hoje, sofre impactos, e nós vamos apresentar — e eu gostaria de saber, desta mesa, se o momento de apresentação é agora ou se é apenas para uma breve saudação —, para que a gente possa fazer a condução.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Só um momento de saudação.

**Prefeita Andresa:** Então, no momento de explanação, eu trarei aqui, com elementos, a devida discussão, para que a gente discuta e, juntos, consigamos construir soluções de coabitação e bem-estar a todos. Agradeço, parablenzo primeiramente a vereadora e demais vereadores desta casa, que aprovaram o requerimento para que essa audiência acontecesse, e reforço que este é um momento de extrema importância para todos nós. Muito obrigada.

**Cerimonialista Jorraine:** Com a palavra, a presidente desta audiência pública, vereadora Sammantta Bleme.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Gente, boa tarde a todos. Já vou começar pedindo desculpas — amanheci totalmente rouca hoje, totalmente sem voz. Vou pedir a ajuda dos meus colegas parlamentares aqui para poder me ajudar. Vou presidir esta audiência pública que vai tratar sobre o trânsito de Mário Campos. Sejam todos bem-vindos. Esta audiência pública destina-se a debater os problemas enfrentados por moradores e comerciantes, em busca de soluções que minimizem os impactos causados pela falta de trafegabilidade urbana. Vamos discutir os investimentos na malha viária do município e dos acessos à nossa cidade, discutir melhorias para as passagens de níveis juntos à empresa MRS, a municipalização do trânsito, a implementação da JARI e a péssima trafegabilidade do nosso trânsito. Vamos discutir e analisar os impactos causados pelo tráfego intenso de carretas. A composição da mesa se dará de forma gradativa, de acordo com a temática que nós formos tratando. Todos os convidados serão chamados, mas nós vamos por partes.

Passo a palavra aos demais componentes da mesa para as considerações iniciais. Dr Aleff Diego.

**Vereador Dr. Aleff Diego:** Boa tarde a todos. Cumprimento o dispositivo da mesa, na pessoa do excelente promotor, Dr. Domingos, a quem estendo aos demais membros, à população aqui presente e aos representantes das mineradoras. Essa audiência é muito importante. Feliz é a indicação da vereadora Sammantta, para que a gente discuta, realmente, as questões do minério e do tráfego em nosso município. O nosso intuito aqui não é colocar ninguém contra ninguém, mas, sim, discutir o que podemos fazer juntos para melhorar a qualidade de vida e a qualidade do trânsito na cidade de Mário Campos. Nós temos aqui várias empresas hoje. Fico feliz que esta casa esteja cheia. Nós já temos um diálogo muito bom com a Mineral do Brasil, aqui representada pela doutora Patrícia, mas é importante que esse diálogo se estenda a todas as empresas que trafegam no município. Porque, a partir desse diálogo, dessa contrapartida, podemos criar possibilidades de melhoria para Mário Campos. O que a gente vê em Mário Campos hoje é uma cidade afetada pela poeira, afetada por buracos, afetada por várias situações, e sem nenhum benefício. Então, a gente precisa discutir isso hoje. Como eu disse anteriormente, já temos um diálogo com a Mineral do Brasil e algumas parcerias já existem, através de um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público — se estiver errado, me corrija, doutora Patrícia — e que já vem sendo cumprido. Mas também precisamos ajustar com as outras mineradoras que trafegam no município, para que possamos chegar a um senso comum e para que a população seja contemplada. Esse é o nosso objetivo. Que tenhamos uma tarde de excelentes trabalhos, de diálogo, de muito aprendizado e de soluções para uma melhor qualidade de vida da população de Mário Campos. Muito obrigado.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Pastor Marquinhos.

**Vereador Pastor Marquinhos:** Cumprimento aqui os colegas da mesa. Quero agradecer a presença do promotor Domingos Ventura, sempre muito solícito às nossas pautas, doutor, e essa força é importante para nós. Então, quero agradecer. Sempre que solicitamos a vinda do senhor, o senhor sempre se fez muito disposto a estar presente, a estar abraçando as pautas aqui. Quero agradecer a presença do senhor. Agradeço também a presença da população. Agradeço ao Alexandre, ao Fred, ao Rogério. São moradores que estão aí na ponta, vivendo essa situação que nós temos enfrentado dentro do nosso município, que é a questão do trânsito. Agradeço também a presença dos representantes das empresas. É muito importante que eles participem desse diálogo. Agradeço, em especial, a presença do Pedro também, que tem sido um grande parceiro — uma pessoa com quem a gente tem tido muita liberdade para estar conversando e debatendo os problemas da cidade. Também agradeço à doutora Patrícia, aos demais representantes das empresas aqui, aos demais colegas vereadores e a toda a comunidade mariocampense. É importante salientar, pessoal, que nós, como bem disse o vereador Dr. Aleff, não estamos aqui para colocar um contra o outro, nem para criar uma situação de disputa. Não é nada disso. Nós entendemos a importância da mineração para a nossa região, mas entendemos também que é necessário levantarmos essa discussão, para buscarmos soluções. Porque essa questão do trânsito hoje se tornou uma situação caótica na nossa cidade, e nós precisamos buscar soluções para resolver isso. Porque, de fato, está difícil conviver com a situação que temos vivido dentro da nossa cidade. Sabemos que esse problema não é um problema causado apenas pelas empresas daqui — há empresas que vêm de outros municípios, empresas que vêm de longe e que passam pela nossa cidade. Mas, ainda assim, nós precisamos, juntos, buscar a solução para melhorar a qualidade de vida dos nossos moradores. Muito obrigado.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Passo a palavra agora para o senhor Domingos Ventura. E, desde já, agradeço e reforço aqui a parceria. Todas as vezes que o senhor foi solicitado, o senhor sempre esteve nesta casa. Então, de imediato, já agradeço, mais uma vez, pela presença.

**Sr. Promotor Domingos Ventura:** Boa tarde a todas e todos. É uma alegria muito grande para mim estar presente hoje aqui em Mário Campos, uma vez mais. Cumprimento todos da mesa na pessoa da vereadora Sammantta e da prefeita Andresa. Registro aqui novamente a minha satisfação de estar presente. Cumprimento a todos de Mário Campos, todos os servidores da Casa, todos os representantes das empresas, dos terminais de carga também. Penso que, sempre que convidado a Mário Campos — por ser o nosso município mais distante da sede de Ibirité — eu faço sempre questão de estar presente, até para que eu possa compreender melhor a dinâmica dos problemas e conseguir, ainda que pouco a pouco, avançar no tema que nós temos a tratar hoje, nesta audiência pública: o trânsito de Mário Campos — problemas e soluções. Eu penso que nós temos que dividir esse problema em alguns eixos. Nós precisamos enfrentar a questão da municipalização do trânsito, o efetivo convênio com a Polícia Militar, a conclusão da estrutura — não só normativa, mas também orçamentária — para a efetiva implementação do sistema municipal de trânsito, que já está, inclusive, registrado no Sistema Nacional, pelo que me recordo. Mas realmente tem que haver toda essa organização municipalizada, desde a implantação do sistema de recursos até os caminhos para efetivação das normas vigentes dos decretos. Cito dois decretos: o 1.007 de 2019 e o 1.172 de 2021, que restringem, no centro de Mário Campos, a passagem de veículos pesados. E nós precisamos tirar, de fato, essas normas do papel, com um sistema de fiscalização efetiva, de aplicação de sanções, de modo também que seja completo — com sistema recursal, geração de dívidas de valor — para que os comandos do Departamento de Trânsito não sejam letra morta e, sim, funcionem de fato. Então, eu penso que um grande eixo desse problema é essa questão, e vejo a prefeita Andresa bastante engajada na busca pela municipalização e pela conclusão de um importante trabalho com normas estabelecidas no município desde o ano de 2018. Penso que a concretização desse sistema municipal nos colocará em um novo patamar de controle e gestão do trânsito local e, sobretudo, colocará em prática as normas estabelecidas, como os decretos que mencionei — que já estão em vigor, mas que precisam de cumprimento efetivo. Por outro lado, temos também questões de melhorias logísticas com relação aos ramais ferroviários e às alternativas e novidades que acompanhamos nos sistemas de escoamento da produção mineral. Esse tema traz grande preocupação ao Ministério Público. Temos, inclusive, um inquérito civil instaurado para apurar essa questão. O objetivo hoje da parte da Promotoria em estar aqui presente é, inclusive, recolher elementos atualizados — inclusive das mineradoras — no que se refere à questão que me parece central: qual o plano efetivo para a retirada desses caminhões, desses veículos pesados, do centro de Mário Campos? Temos um encontro que já está, por assim dizer, marcado há muito tempo com esse problema. Ele precisa, de fato, ser resolvido. É um problema que precisa de uma coligação de esforços. Temos todo o desafio logístico de levar a produção mineral até os terminais de cargas. Agora, precisamos que esses novos fluxos de investimento — de duplicações, de medidas inclusive de reparação, que estão sendo discutidas e que serão aplicadas nos próximos anos — partam dessa premissa: a remoção dos veículos pesados de mineração do centro histórico de Mário Campos. Se temos outros atores que também contribuem para esse trânsito massivo em Mário Campos, então vamos conseguir a solução a partir de um sistema municipalizado muito forte, com a Polícia Militar podendo fazer as devidas autuações no nosso contexto urbano — com esse sistema efetivamente implementado. Aí, ganharemos a governança necessária para trabalhar e retirar esses veículos que causam dano efetivo à comunidade, à ambiência, à saúde e ao meio ambiente de Mário Campos. Basta dizer que todos nós estamos expostos continuamente à poeira, ao barulho, à trepidação — que é o drama vivenciado por todos e tantos ao longo de tanto tempo. Vejo que conseguiremos. E creio que esta audiência pública servirá muito para que não só o Ministério Público atualize as informações, mas também consiga, com seus instrumentos — os inquéritos civis, os termos de ajustamento de conduta, as ações civis públicas — resolver a questão. Mas creio muito no diálogo, na possibilidade de termos aqui uma coligação de fato de esforço e uma junção: como chegar aos terminais de carga sem passar por Mário Campos, pelo centro de Mário Campos, pela zona urbana de Mário Campos. Penso que essa é a premissa a ser idealizada e resolvida nesses esforços de duplicação de rodovias. Vivemos hoje um momento — por variadas razões — propício para endereçarmos esse problema do tráfego de veículos pesados das empresas extratoras e produtoras de minério. Que possamos resolver esse problema, aproveitando essa oportunidade de investimento pela qual a região passa atualmente.

São essas minhas considerações iniciais. Agradeço, novamente, o convite.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Eu vou passar a palavra agora para o Pastor Marquinhos, para ele me ajudar com relação à dinâmica da audiência pública.

**Vereador Pastor Marquinhos:** Vou ler aqui para o andamento da nossa audiência, mas, antes, quero também agradecer a presença da prefeita. Muito obrigada, prefeita, e também a todo o seu corpo técnico, secretariado e demais servidores municipais.

Muito obrigada pela presença. Obrigada, prefeita.

A - É assegurado o direito dos manifestantes de se manifestar de forma oral ou por escrito.

B - As vagas para o uso da palavra se limitarão a 15 inscrições. Quem tiver interesse em falar deverá preencher o formulário na recepção.

C - As manifestações orais seguirão a ordem sequencial do registro na recepção.

D - O tempo para manifestação oral dos participantes será de, no máximo, 5 minutos. Pedimos, por gentileza, que todos fiquem atentos e se limitem a falar apenas sobre a pauta da audiência, para que possamos dar um bom andamento.

E - As manifestações escritas deverão ser entregues na recepção da Câmara e seguirão a ordem de inscrição. Manifestações realizadas fora da tribuna não serão consideradas para fins de debate ou registro.

A previsão de duração da audiência é de duas horas, podendo ser prorrogada por deliberação da presidência. A audiência pública será transmitida e gravada para consulta posterior. Em caso de necessidade de produção de requerimento, os membros irão avaliar no final da audiência.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Nós vamos passar para a primeira temática. Então, eu convido a compor a mesa, para abordagens sobre investimentos na malha viária do município e do entorno, o seguinte convidado: representante da MRS, Sr. Paulo Sérgio. Nós tínhamos convidados também representante do DER, mas não se fizeram presentes. Então, senhor Paulo Sérgio, te convido a compor a mesa para este primeiro momento. Bom, antes de iniciarmos a explanação e as questões que nós temos com a MRS, nós vamos trazer uma inscrição para a MRS. Essa foi feita há pouco tempo, né, com uma validade talvez superior a 30 anos, e, em conversa até com a vereadora Sammantta — acredito que com a prefeita também, pelo que nós já conversamos — acho que ninguém tem acesso àquilo que foi tratado como premissa em relação a essa concessão. Isso vem acarretando vários problemas ao longo dos municípios vizinhos e de Mário Campos. Eu vou citar aqui um problema que nós estamos passando, que já é de conhecimento da prefeita, já é de conhecimento de alguns vereadores, ao qual, segundo o que me foi passado, nós não tivemos êxito sequer em marcar uma reunião com a MRS, para que ela nos receba e apresente uma solução definitiva. Problema esse que vem se arrastando desde o início do ano de 2023, ao qual já foi conversado na gestão passada, e fica, assim, uma falta de respeito muito grande. Porque eu acho que, enquanto poder público — no meu entendimento — eu acho que as empresas que tendem a tratar de qualquer medida de impacto, de qualquer coisa, deveriam discutir isso com o poder público. O mínimo que deveria ser feito é enviar pessoas que têm, no mínimo, capacidade de resolução. O que eu digo que é capacidade de resolução? É colher os problemas e... “Ah, eu vou passar para tal setor, vou passar para outro setor”, e isso não tem fim. É, no mínimo, falta de respeito com quem está sofrendo o impacto e com os demais: prefeita, procurador do município, enfim, todos aqueles que são atingidos. Temos uma questão da MRS, ao qual ela retirou o direito de ir e vir de alguns empreendedores da cidade — alguns se encontram aqui, como o Jean — também uma questão até cultural do nosso município: os artesãos de móveis rústicos que têm no Funil ali, e que estão impossibilitados. Uma obra que houve, que a MRS fez: ela construiu um pilar, tampando a passagem, a passagem de veículos de porte grande. Houve, a princípio, uma apresentação de um projeto na Prefeitura, no qual o pilar não seria nesse local. Foi feito um *as built* desse projeto, e esse *as built* não foi apresentado para a Prefeitura. O que ocorreu? Construíram o pilar, tamparam uma passagem já existente há mais de 60 anos, ao qual existem empresas devidamente licenciadas no município e com alvará vigente, que não conseguem produzir nem extrair a sua produção. Ou seja, isso gera renúncia de receita para o município, gera CFEM, gera emprego direto, indireto, gera uma série de impactos. Já sentamos várias vezes com vários responsáveis da MRS, já tivemos várias tratativas, e fica sempre assim: “Vamos levar para o responsável”... E nada, e nada, e nada. Eu tenho tudo isso comprovado via conversa de WhatsApp, desde o início das conversas até o final agora, e nada foi feito. Então, eu queria trazer a esta casa aqui, contar com o apoio, o compromisso do doutor, para que possa nos auxiliar nessa situação, porque a falta de respeito é muito grande. Ela é muito grande, e nós estamos falando do ganha-pão de várias pessoas. Isso é muito, muito, muito sério, doutor, o que vem acontecendo. E nós precisamos ter uma solução, precisamos de uma resolução, de ter um compromisso, de ter uma data marcada, de ter uma solução, de ter realmente um empenho. Porque, do jeito que está, não dá para ficar mais, não. E, como eu disse no início da fala aqui, uma grande sugestão — se possível — eu creio que todo cidadão ao qual, onde a MRS passa, deveria ter acesso a isso. Solicito a esta mesa que faça essa solicitação formal por nós, para que nós tenhamos acesso, realmente, à renovação da concessão, para a gente saber sobre tempo de manobra, sobre várias outras coisas.

**Sr. Fred Flausino:** Boa tarde a todos. Com grande alegria venho, né, parabenizar aí a ação dos demais. Eu acho que já tinha passado da hora de a gente sentar, ter uma conversa mais “tête-à-tête” com alguns, principalmente se tratando da MRS. Eu acho que talvez aqui ninguém, nessa casa, tenha acesso a um documento que, no meu entender, seria público, que é a questão dos deveres e dos direitos em relação à renovação da concessão para a MRS. Essa foi feita há pouco tempo, né, com uma validade talvez superior a 30 anos, e, em conversa até com a vereadora Sammantta — acredito que com a prefeita também, pelo que nós já conversamos — acho que ninguém tem acesso àquilo que foi tratado como premissa em relação a essa concessão. Isso vem acarretando vários problemas ao longo dos municípios vizinhos e de Mário Campos. Eu vou citar aqui um problema que nós estamos passando, que já é de conhecimento da prefeita, já é de conhecimento de alguns vereadores, ao qual, segundo o que me foi passado, nós não tivemos êxito sequer em marcar uma reunião com a MRS, para que ela nos receba e apresente uma solução definitiva. Problema esse que vem se arrastando desde o início do ano de 2023, ao qual já foi conversado na gestão passada, e fica, assim, uma falta de respeito muito grande. Porque eu acho que, enquanto poder público — no meu entendimento — eu acho que as empresas que tendem a tratar de qualquer medida de impacto, de qualquer coisa, deveriam discutir isso com o poder público. O mínimo que deveria ser feito é enviar pessoas que têm, no mínimo, capacidade de resolução. O que eu digo que é capacidade de resolução? É colher os problemas e... “Ah, eu vou passar para tal setor, vou passar para outro setor”, e isso não tem fim. É, no mínimo, falta de respeito com quem está sofrendo o impacto e com os demais: prefeita, procurador do município, enfim, todos aqueles que são atingidos. Temos uma questão da MRS, ao qual ela retirou o direito de ir e vir de alguns empreendedores da cidade — alguns se encontram aqui, como o Jean — também uma questão até cultural do nosso município: os artesãos de móveis rústicos que têm no Funil ali, e que estão impossibilitados. Uma obra que houve, que a MRS fez: ela construiu um pilar, tampando a passagem, a passagem de veículos de porte grande. Houve, a princípio, uma apresentação de um projeto na Prefeitura, no qual o pilar não seria nesse local. Foi feito um *as built* desse projeto, e esse *as built* não foi apresentado para a Prefeitura. O que ocorreu? Construíram o pilar, tamparam uma passagem já existente há mais de 60 anos, ao qual existem empresas devidamente licenciadas no município e com alvará vigente, que não conseguem produzir nem extrair a sua produção. Ou seja, isso gera renúncia de receita para o município, gera CFEM, gera emprego direto, indireto, gera uma série de impactos. Já sentamos várias vezes com vários responsáveis da MRS, já tivemos várias tratativas, e fica sempre assim: “Vamos levar para o responsável”... E nada, e nada, e nada. Eu tenho tudo isso comprovado via conversa de WhatsApp, desde o início das conversas até o final agora, e nada foi feito. Então, eu queria trazer a esta casa aqui, contar com o apoio, o compromisso do doutor, para que possa nos auxiliar nessa situação, porque a falta de respeito é muito grande. Ela é muito grande, e nós estamos falando do ganha-pão de várias pessoas. Isso é muito, muito, muito sério, doutor, o que vem acontecendo. E nós precisamos ter uma solução, precisamos de uma resolução, de ter um compromisso, de ter uma data marcada, de ter uma solução, de ter realmente um empenho. Porque, do jeito que está, não dá para ficar mais, não. E, como eu disse no início da fala aqui, uma grande sugestão — se possível — eu creio que todo cidadão ao qual, onde a MRS passa, deveria ter acesso a isso. Solicito a esta mesa que faça essa solicitação formal por nós, para que nós tenhamos acesso, realmente, à renovação da concessão, para a gente saber sobre tempo de manobra, sobre várias outras coisas.

Muito obrigado a todos, e essa é a minha fala.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Sr. Fred, nós agradecemos a participação. Eu vou passar a palavra para o Sr. Paulo Sérgio para os cumprimentos iniciais e também para o direito de resposta à indagação. E, logo na sequência, nós trataremos de outras questões.

**Sr. Paulo Sérgio:** Boa tarde a todos e todas. Nós queríamos, em nome da MRS, cumprimentar a excelentíssima Senhora Prefeita Andresa, as autoridades presentes, senhores vereadores, senhoras vereadoras, senhoras e senhores presentes, e todos conectados nesta plenária. Hoje, nós trazemos aqui informações pertinentes ao tema. Sobre o assunto abordado, já posso comentar? Sobre o assunto abordado, quero trazer ao conhecimento de todos que a MRS iniciou, após um episódio de inundações no município, que atingiu um ativo ferroviário importante, que atravessa o Rio Paraopeba. Essa inundação causou danos à estrutura da ponte ferroviária, com o nível do rio chegando a atingir um ponto abaixo dos trilhos, um pouco abaixo dos dormentes. Então, a MRS, a partir desse evento, que sabemos ser algo comum, com chuvas que ocorrem a cada 50, 100 anos ou em períodos recorrentes, mas que têm se tornado mais frequentes, elaborou um projeto estrutural de reforço para essa estrutura, essa ponte. Seguimos todas as normas vigentes do município e do estado para que essa estrutura fosse adequadamente montada. Iniciamos a obra em acordo com as comunidades lindeiras envolvidas no entorno dessa obra, incluindo o senhor Fred e os demais envolvidos. Naquele momento, utilizamos meios que pudessem melhorar a dinâmica de trabalho dos artesãos locais. Alugamos o terreno do senhor Fred para viabilizar o processo na região e pagamos por isso. No decorrer da obra, à medida que ela avançava, surgiram algumas reclamações que não se mostraram pertinentes naquele momento, mas que acabaram levando à interrupção do nosso alvará de execução da obra. Assim, executamos a obra, que consistia em um pilar de reforço para a ponte ferroviária, mas a obra está parada devido a essa reclamação e ao embargo, não permitindo a conclusão da obra, que foi projetada para garantir a segurança da operação e da ponte. Uma vez que tivemos o alvará interrompido, fomos impedidos de avançar com as ações propostas para essa atividade. Isso incluiria uma melhoria no acesso, que já era alagado anteriormente. O rio sempre alagava esse acesso. Então, fizemos um reforço com pedras, um enrocamento com rachões, para garantir a continuidade do acesso. No entanto, essa solução paliativa só funcionou até a ocorrência de uma nova precipitação, que elevou o nível do rio, fazendo com que o material se movimentasse. Esse foi o máximo que conseguimos realizar, pois estávamos impedidos de obter o alvará de execução de obras. Não podemos trabalhar em desacordo com as regras municipais, estaduais e federais, por isso não fomos capazes de avançar. No momento, temos meios para, agora que houve a lavagem do material, recompor o acesso. Durante o período de seca, conseguiremos manter o acesso, mas entendemos que, no período de chuva, quando o nível do rio subir, o problema pode se repetir, como ocorreu nos anos anteriores, antes da obra. Antes da obra, o nível do rio subia e trazia barro, areia e galhos, o que gerava a necessidade de limpeza. Essa era uma ação realizada pela comunidade local. Uma vez que a MRS interveio com o pilar, agora compartilhamos a responsabilidade de fazer essa limpeza. Nos colocamos à disposição para atender a essa solicitação. Inclusive, já estamos mobilizados para recompor o material que foi levado pelo rio.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Você quer se manifestar na tribuna para que fique registrado em ata?

**Sr. Jean:** Claro.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Então, lhe concedo cinco minutos para a palavra.

**Sr. Jean:** Boa tarde a todos. Desculpa pela minha truculência ali. Bem, o que ele falou aqui tem muita verdade, ele trouxe a essência da situação, sabe? Eu estou, desde janeiro, tentando arrumar e consertar o meu acesso lá, Paulo. Eu tenho aqui várias conversas com o 0800 da MRS, com o RI da MRS – depois eu te mostro. Não só pra você, mas pra quem quiser conferir: vai lá ver como está o meu acesso. Meu caminhão está lá, cara! Eu não o utilizo apenas para retirada do meu material, mas tenho um caminhãozinho muque, velho, que me auxilia no meu ganha-pão. Não consigo, cara, tirar ele de lá pra realizar meu trabalho, entendeu? Eu sou uma pequena empresa, mínima mesmo, certo? Mas gero alguns empregos lá, sabe? É o meu ganha-pão, entende? Então, assim, é verdadeiramente um descaso a forma como vocês da MRS atendem a gente. Me desculpa falar, mas essa é a verdade, entendeu? Passei por uma situação complicada, um estresse altíssimo, entendeu? Pra não parar minha obra, tenho que carregar uma prancha pesada por cerca de 150 metros, pra não interromper minha atividade, cara. Essa é a verdade. Quem quiser ir lá conferir, eu vou e mostro pra qualquer um, pra que não fiquem apenas as minhas palavras.

Então, há muitas inverdades na sua fala. Você me desculpa. Obrigado aí.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Obrigada, Jean.  
O senhor quer responder, Sr. Paulo?

**Sr. Paulo:** Eu entendo, Jean. Entendo, sim. Como eu disse, nós não nos refutamos. Nós entendemos que tivemos várias subidas e descidas do rio. Nossa equipe de engenharia está voltada para atender e fazer essa recomposição. No mais tardar, acredito que talvez na semana que vem esse material já esteja lá. Ainda é uma solução paliativa. Se até o final do ano não conseguirmos terminar toda a estrutura, com todos os licenciamentos, vamos continuar enfrentando esse problema. Mas cabe ressaltar que todos que moram em Mário Campos conhecem o nível do rio, o quanto o nível de água sobe e desce. Esse nível sobe e desce e sempre trouxe material. Entretanto, naquele período, nós não estávamos envolvidos com esse acesso. Agora, como fizemos uma obra que também utiliza esse acesso, e que está dentro da faixa, passamos a compartilhar essa responsabilidade. E nós não nos refutamos em tentar ajudar e resolver.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Sr. Paulo, eu sou da região do Funil, cresci ali e vivi a minha infância toda naquela área. Me estranhei muito quando a obra começou, porque o pilar que vocês fizeram foi construído justamente em cima da estrada. Eu não entendo da área de engenharia, mas achei o projeto totalmente inviável, porque existe, há anos, uma estrada que passa por baixo da ponte e que dava acesso à beira do rio para pescadores. Não era só uma estrada de acesso a propriedade particular, era também uma área de lazer pública – a beira do rio – onde as pessoas costumavam entrar, pescar, nadar. E a única forma de acesso a esse local era por essa estrada. Esse pilar foi feito em cima dessa estrada. Então, eu não sei, do ponto de vista da engenharia, como vocês vão fazer para construir uma nova estrada dentro do Rio Paraopeba – porque é isso que vai ter que ser feito. O acesso que vocês precisarão criar exigirá a construção de uma estrada dentro de um rio, dentro do leito do rio. Inclusive, deixo aqui uma indagação: esse tipo de obra seria ambientalmente viável? Porque vocês estariam diminuindo o leito de um rio para construir uma estrada de acesso para caminhões. Ali passam caminhões da dragagem e também o caminhão do senhor Jean, que é um caminhão muque. Então, não é uma estradinha simples – é uma estrada de verdade que vocês vão precisar fazer. Eu vou caminhar, porque precisamos avançar na pauta do trânsito, mas queria deixar aqui uma devolutiva: se é possível, já sairemos daqui com uma agenda marcada para o dia 20 ou 27 de maio, para que vocês possam se reunir com o Executivo e com os moradores para debater a questão do embargo, das licenças que precisam ser providenciadas e a retomada das obras, para reabrir o acesso. É possível agendarmos essa reunião para o dia 20 ou 27?

**Sr. Paulo:** Nobre Vereadora Sammantta, a estrada, quando nós olhamos de frente, pode dar realmente a impressão de que o pilar está dentro da estrada, mas realmente não. O caminho de passagem, a base dele, ficou até mais sustentável. A base, ele passa um caminhão. O que precisa ser feito, ele passa. Passa com um caminhão de qualquer tamanho. Inclusive, o Jean passava com o seu caminhão lá. Os caminhões maiores, que a gente está em conversa com o projeto — para caminhões maiores, caminhões Truc, não sei como se fala o nome deles — precisam de um ângulo um pouco diferenciado, um pouco mais aberto. Então, esse é o detalhe que nós precisamos avançar com ele. Agora, quanto a entrar com o caminhão menor, que são os caminhões toco, o caminhão muque, que o próprio Jean tem, ele consegue passar entre a parede e o pilar. Os caminhões maiores também irão conseguir passar entre a parede e o pilar. Eles só precisarão de um ângulo maior para que possam curvar, para que não agarrem entre esses passos. Eles não conseguem fazer a curva. Então, essa é a parte do avanço. Nós podemos, sim, avançar com essa reunião com o Executivo, para que possamos pôr uma pá de terra de vez em cima desse problema e encerrar o assunto e avançar, tanto com o acesso quanto ao reforço estrutural na ponte ferroviária.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Então, Sr. Paulo, dia 20 ou 27 de maio? É que eu gosto de ser bem devolutiva nas coisas. Qual data o senhor escolhe para essa reunião?

**Sr. Paulo:** Nós podemos agendar no dia 27.

**Vereadora Sammantta Bleme:** 27 de maio, às 14 horas, está bom, senhor?

**Sr. Paulo:** Sim.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Então, nós temos a primeira devolutiva dessa audiência pública: reunião marcada dia 27 de maio, às 14 horas, no prédio da Prefeitura.

**Prefeita Andresa:** Sra. Vereadora, só um instante.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Passo a palavra, Sra. Andresa. Pode falar.

**Prefeita Andresa:** Sr. Paulo, eu também sou nascida e criada na região do Funil, e estive lá recentemente para olhar essa situação. Quando o senhor fala que o pilar não foi construído na estrada e que qualquer tipo de caminhão passa, depois o senhor corrigiu que não é qualquer tipo de caminhão que consegue passar, por causa da abertura. De fato, o Jean, que está aqui, é um empreendedor e, aliás, tem um comércio que emprega — não são poucas pessoas, são muitas pessoas — porque carrega ali a parte cultural. Quando as pessoas passam para o Inhotim, elas param ali para comprar aqueles móveis. Aqueles móveis que são produzidos por ele, por sua família, vão para muitos lugares. Então, quando ele me procurou e eu realmente fiz contato, nós chegamos a marcar por três vezes a reunião, e foi desmarcada. Inclusive da última vez, quem desmarcou a reunião fui eu, porque foi o dia da entrega dos ovos de Páscoa na escola. Então, é um dia muito especial com os meninos, e era um dia que não era possível. E aí, depois, ainda não consegui fazer esse novo agendamento justamente por causa de conflitos de agenda com a MRS. Mas é extremamente importante o que eu disse antes: a Prefeitura está à disposição desde o dia de hoje, desde o dia de janeiro até a transição, ou até o dia nove. Nós não temos acesso, se trata dessa questão do viaduto, dessa construção. Como é que nós temos acesso? Pelo Jean e pelo Fred. Foram os dois que nos procuraram e pediram ajuda. É o Jean com o caminhão preso do outro lado, que precisa realizar o trabalho. Então, é algo que eu penso que poderia ser feito de forma mais imediata, para que ele pudesse, no mínimo, retirar o caminhão, e para que outras alternativas sejam pensadas. E eu queria trazer, para além disso, que já tem até a data marcada, dia 27, outras questões em relação à MRS. Porque a gente tem sido cobrado muito, enquanto Executivo, quanto a essa faixa da MRS, essa questão do mato alto, sempre nessa faixa de domínio da MRS, o local de passagem. Ano passado, nós tivemos acidentes envolvendo transporte escolar, e nenhuma medida foi tomada. Eu até me reuni com a MRS no ano passado, ainda não havia tomado posse, mas nós fizemos uma reunião virtual, onde eu levei toda a pauta de Mário Campos, o que era necessário para avançar, incluindo a questão dos viadutos — que tanto se fala em viadutos — mas que a gente, até agora, não tem noção de quando é que sai, onde serão construídos. Isso está sendo dialogado com o DER, que tem uma proposta de fazer uma ampliação, uma duplicação da MG, e demais pessoas que utilizam, demais empresas, a Copasa, que tem uma proposta de fazer o novo duto, que sairá lá do Rio Manso, para levar essa água até Belo Horizonte. Isso foi dialogado: como é que estão sendo feitas essas tratativas para que a população não fique à mercê, sentando a cada momento com uma empresa, com um segmento, e a população nos perguntando o tempo todo. Então, nós temos algumas propostas de encaminhamento para essa área de domínio, para que realmente tenha uma contrapartida social, para que a população tenha uma pista de caminhada, tenha acesso a lazer. É uma faixa grande e que a gente tem problemas enormes ao longo dessa faixa. Então, acho que no dia 27 nós já podemos trazer isso como pauta também, para que vocês tragam as respostas. Porque, se a gente deixar para fazer essa colocação no dia 27, aí vocês levarão, e isso levará um prazo ainda para estudar e trazer. E, de fato, nós precisamos, com urgência, ter acesso a essas informações para que a população tenha melhor qualidade de vida e retorno mais ágil. Tendo em vista que a concessão foi antecipada — o Fred falou isso — a concessão, a discussão era para ter sido feita, se eu não estiver errada, esse ano, mas ela foi antecipada e foi realizada no ano passado. E isso envolve várias questões do município. Tem gente, as pessoas que moram à beira da linha, disseram que ampliou o número de trens por noite que passam ali. Então, isso traz para a população que ali mora — se o trem passava buzinando quatro vezes à noite — se aumentou, está passando quantas vezes? Esse aumento é real? Isso aconteceu mesmo? Então, são coisas que a gente precisa discutir, porque isso impacta a vida da população de forma muito grande.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Bom, essa era até uma outra pauta que a gente ia trazer. Porque, em diversos contatos que nós, enquanto Legislativo, fizemos quanto a indagações à antiga gestão, e até mesmo quanto à comunidade, a gente obteve algumas respostas de que está previsto um viaduto e duas passarelas para Mário Campos, mas, até o presente momento, a gente não tem nenhuma noção, não foi falado onde esse viaduto será construído, onde essa passarela será construída. Inclusive, em um dos documentos enviados pela MRS, diz que a obra desse viaduto tem previsão para início só em 2028. E a gente tem questões aqui no município que não dá para esperar até 2028. Então, a gente queria saber se a MRS pode trazer aí um esclarecimento a respeito, brevemente, desses investimentos para Mário Campos. Tem algo que vocês já possam adiantar para a população presente?

**Sr. Paulo:** Só para... Excelentíssima Prefeita Andresa, só para a gente deixar claro que o embargo da obra não tem a ver com a sua gestão, só para a gente deixar esclarecido, para que não se tenha um entendimento errado sobre a fala da prefeita. Sobre a fala da prefeita, quando ela diz dos investimentos, como isso se deu, nós gostaríamos até de informar e deixar de forma mais registrada que a MRS, em julho de 2022, teve o seu quarto termo aditivo assinado, com a prorrogação de mais 30 anos de concessão. Dentro da assinatura desse termo de contrato, há algumas obrigações que deverão ser cumpridas, já acordadas com o poder concedente, que é o governo federal, e seu órgão fiscalizador, a ANTT. Formou-se o caderno, que hoje nós chamamos de caderno de obrigações, que a ferrovia tem na sua concessão. Houve audiências públicas para que as obrigações contidas nesse caderno fossem

consolidadas. Os municípios participaram, dando suas contribuições. Aqueles municípios, fizeram suas solicitações, e as solicitações foram trazidas para dentro do caderno. Cito Mário Campos. Mário Campos, naquele momento, solicitou que se colocassem, para dentro dessa renovação, dois viadutos, vedações, faixa de domínio — para a gente eliminar de vez os conflitos. Todos esses investimentos têm a finalidade de eliminar os conflitos e garantir a mobilidade urbana. Melhorias de passagem com cancela automática. Cito a passagem próxima à empresa Aquasolis — se não me foge da memória, o nome é esse — no quilômetro ferroviário que nós conhecemos como quilômetro 595. Então, teremos ali uma melhoria daquela passagem com uma cancela automática. Teremos também vedações. Essas vedações são 2.900... 2.900... A gente trouxe até uma... Estou com os números exatos aqui também. Posso pegar, espere aí... Os números exatos: 2.399 metros de vedações. Quando essas vedações ocorrerem, nós vamos corrigir a forma de mobilidade, dando segurança aos municípios, aos lindeiros, para que possam ter uma melhor mobilidade de transposição.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Só mais uma pergunta dentro do que o senhor está falando aí. A construção desses viadutos já tem projeto?

**Sr. Paulo:** Nós vamos iniciar agora, com o Executivo, a partir dos próximos meses, as tratativas com o Executivo, dado o compromisso que há dentro do caderno e o prazo para a execução dele.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Mas não tem projeto?

**Sr. Paulo:** Nós temos um conceitual que foi colocado, foi solicitado dentro do caderno de obrigações. A gente cita o local: Avenida Floresta com a Avenida Palmeiras, e a Avenida Palmeiras com o governador Magalhães Pinto. Ou seja, só para a gente se localizar aqui, ele ficaria mais próximo da região do supermercado BH, um pouquinho mais para o lado da prefeitura, e o próximo mais lá no final da Avenida Floresta, transpondo a ferrovia, transpondo a estrada MG-040, com uma rotatória e dando seguimento. E dessa ponta, inverso. Eliminaríamos a passagem em nível Floresta. Ela ficaria somente para pedestre. Ali teria um direcionador de fluxo, seria uma passagem de pedestre similar àquela que tem um pouquinho mais à frente, onde tem a estação da MRS. E as outras passagens também, a parte de baixo, que é uma obração do caderno também, seriam fechadas, passando pela transposição desse viaduto.

**Vereador Pastor Marquinhos:** Sr. Paulo, já entrando aqui na questão, já entramos realmente na questão do trânsito. Inclusive, essa audiência trata sobre isso. A pauta que o Fred e os moradores do município trouxeram também é sobre trânsito, questão do tráfego ali na região deles. Eles afirmam que, realmente, o pilar foi construído no meio da estrada e que a draga está há três anos fechada. Ou seja, uma coisa que a gente percebe: tem quantos anos que a MRS está aqui nessa região?

**Sr. Paulo:** O seu primeiro contrato de concessão da MRS foi assinado em 1996. Vinte e nove anos.

**Vereador Pastor Marquinhos:** Em vinte e nove anos, vocês não fizeram cancelas. Infelizmente, hoje, a gente tem vivido um problema sério aqui com a falta de cancela. Já tem pelo menos três anos que eles estão com esse problema lá. O que nós gostaríamos... Eu tenho uma série de perguntas aqui, mas eu sou vereador, estou no segundo mandato. No primeiro mandato, nós tentamos várias abordagens, vários diálogos com a MRS, e nunca avançamos em nenhum deles. Só que eu gostaria de deixar muito claro: a gente não vai ficar aqui mais quatro anos tentando fazer esses contatos e não ver nada de efetivo. Porque nós já tivemos um acidente sério aqui, próximo à Aquasolis. Justamente, um dos fatores — foram vários fatores, eu não sou técnico — mas um dos fatores que eu posso afirmar foi a falta de uma cancela, em que um trem bateu em um ônibus escolar cheio de crianças. Poderia ter sido uma tragédia. Então, tem 29 anos, e a MRS não fez uma cancela. A gente quer saber se vai esperar mais 29 anos para que essas intervenções de fato aconteçam. Porque no papel... Olha que coisa bonita no papel. É lindo no papel. Nós precisamos de efetividade. Mário Campos está cheio de conversas, está cheio de plano no papel que não sai do lugar. Agradeço muito a vinda do senhor aqui. Eu sei que o senhor está aqui representando a empresa, mas realmente nós precisamos de algo efetivo. Três anos já, o pilar está lá naquela situação, o pessoal não consegue resolver. Nós precisamos... Nós já fizemos várias audiências públicas aqui, muita coisa está caminhando, está avançando, mas nós precisamos de soluções definitivas. E, outra coisa, senhor Paulo: são 29 anos. Soluções definitivas e para ontem. Porque... Ah, está ali o pessoal de 2022. Não tem projeto. Não tem projeto. Então, assim, eu estava até para encerrar a minha fala, porque eu tinha uma série de perguntas, mas nós precisamos avançar, tem outras empresas aqui, mas nós gostaríamos que a MRS tratasse Mário Campos de forma diferente do que foi tratado até agora. Porque o que eu vi até agora, senhor Paulo — e eu estou sendo muito sincero e dito como orador — foi muita enrolação, muita promessa e pouca ação. Muito obrigado.

**Vereador Dr. Aleff Diego:** Senhor Paulo, boa tarde. Eu queria te perguntar se você está representando o corpo técnico ou só o gerencial? Você é técnico também?

**Sr. Paulo:** Aqui, nós... Relações institucionais.

**Vereador Dr. Aleff Diego:** Eu senti falta do corpo técnico aqui, porque, na explicação dele, ficou muito superficial. Eu sou da área da saúde. O que eu sei dessa audiência foi o que eu estudei para estar aqui. Acredito também que a MRS deveria ter feito o mesmo. Mas vamos lá. O que eu entendi, senhor Jean, é que você vai ter que ou comprar outra carreta ou pegar uma aula de trânsito com a MRS para conseguir trafegar naquele espaço. Porque o que ele me diz é que vocês não estão sabendo fazer o ângulo correto para conseguir trafegar naquele espaço. Como o Pastor Marquinhos já bem colocou: 29 anos não são 29 dias. E mais 30 anos para frente com uma concessão antecipada, que foi feita no ano passado e que deveria ser feita esse ano. Ou seja, mais 30 anos nessa mesma conversa, nessa mesma falácia... E onde que a gente vai parar? Concorda? E ninguém vai te repor esse prejuízo, né? E aí, só para encerrar a minha fala: o Pastor Marcos já colocou muito bem o que eu iria colocar. Eu acho que, quando a gente vem para uma audiência pública, a gente tem que trazer um corpo técnico justamente para essas explicações estruturais, que requerem um conhecimento técnico mais profundo. Entendo que ele está representando a questão institucional, mas aqui nós também estamos debatendo questões estruturais que dependem da questão técnica.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Senhora Andresa, eu passo a palavra.

**Prefeita Andresa:** Eu queria solicitar ao senhor Paulo que enviasse para nós esse caderno de obrigações, porque para a reunião do dia 27 é extremamente importante que nós conheçamos esse caderno, capa a capa, porque são 29 anos utilizando essa malha ferroviária. E quando eu olho aqui no quadro o que tem para Mário Campos e o tanto de coisa que nós precisamos avançar nessa cidade. E aí nós temos dois viadutos, e eu ainda pergunto a data, porque, se for para 2029, nós não conseguimos ficar até lá nessa mesma situação em que nos encontramos hoje. Ou, se eu tiver uma balança parada por volta de cinco e meia da tarde com alguém lá dentro, eu vou ter um problema muito sério, porque 24 horas ele é para atender uma emergência, mas a estrutura dele é uma estrutura básica. Eu preciso passar. E o trem faz manobra ali agora, ele vai e vem, e ele fica ali de 15 a 20 minutos. Então, é algo que Mário Campos não pode esperar mais. Nós não podemos esperar mais quatro anos, cinco anos, para que um viaduto seja feito e entregue à população mariocampense. Nós não podemos esperar mais para que uma cancela seja colocada, uma simples cancela, para que o motorista, ao chegar, tenha essa visibilidade. E mais, para ir para o bairro Garcias, a visibilidade é melhor. Agora, para voltar do bairro Garcias, a visibilidade é quase zero, gente, é muito ruim. Quem não fez o teste, façam o teste, porque eu fiz, mas não dá para ver nada. E o trem vem devagarinho, porque ele tem uma parte de umectação que está a um quilômetro e meio antes da passagem. Se tiver um quilômetro e meio, então, o trem realmente vem mais vagarosamente. Assim, realmente é necessário, é urgente, para que a gente não espere esse tempo todo para que as medidas sejam tomadas e, de fato, sejam colocadas em prática no município de Mário Campos. Reflexo disso é que eu me reuni com a MRS no ano passado, com a pauta, aí no mês de novembro, para poder trazer as demandas de Mário Campos que estão sendo discutidas aqui hoje. Então, essas demandas foram apresentadas em uma reunião virtual junto à MRS, ainda no ano passado.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Eu vou disponibilizar, pedi para tirar a cópia, tá?  
Eu passo a palavra agora para o senhor promotora, doutor Domingos.

**Sr. Domingos:** Obrigado, diretora Sammantta. Sem me estender muito mais, tão somente eu gostaria de pedir ao senhor Fred e ao senhor Jean, se possível, que fizessem uma formalização dessa reclamação, dessa problemática, ao Ministério Público. Aí, se vocês precisarem de algum apoio aqui para eu mostrar como fazer isso, vocês podem vir aqui, por favor, que eu dou as devidas orientações. Mas, até para os demais também, para a população que quiser acionar o Ministério Público, os nossos telefones são o 3533-6036. Pode ser usado, sobretudo, para a gente marcar reuniões comigo lá na promotoria. O e-mail da promotoria é o 5pjibirité@mpmg.mp.br e nós temos também o canal de ouvidoria. Para achar esse canal, é uma maneira bem fácil de acionar a promotoria: é só jogar no Google "MPMG ouvidoria". E, se vocês quiserem que eu explique melhor aqui, eu faço isso rapidinho, para trazer essa reclamação via internet para a promotoria. Neste caso, se vocês puderem trazer esse contexto histórico, cultural, da relevância, o bloqueio, os impactos do bloqueio, é muito importante. Eventualmente, se já foi feito algum abaixo-assinado, que aí a gente vai receber essas questões, e vamos indagar da MRS qual é a razão desse embargo, se teve licenciamento ambiental, quais autorizações eles possuem para fazer essa intervenção, e se, de fato, ela foi feita em cima de uma estrutura viária do município. Em princípio, não faz

sentido essa intervenção nesse local, mas, sem antecipar juízo de valor, ouvir da MRS as explicações, para o Ministério Público ter uma tomada de decisão a respeito do caso.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Obrigada, doutor Domingos.

**Prefeita Andresa:** Só mais uma colocação que eu gostaria da resposta do senhor Paulo Sérgio: se realmente houve aumento desse número de viagens de trens, e, se houve, são quantas viagens a mais?

**Sr. Paulo:** Começando em partes, então, nós estávamos falando sobre o processo de investimento de renovação, que os municípios tiveram as suas contribuições. A partir de agora, senhora prefeita, nós iniciaremos um grupo de trabalho para que nós possamos avançar com esses projetos, porque não adiantaria nós criarmos um novo lá, mais no passado, sendo que nós teríamos um projeto de investimento à frente. Então, agora nós já iniciamos, nós vamos criar maturidade para avançar com esses projetos. Nós vamos criar um grupo de trabalho dentro da secretaria, dentro da gestão da nova prefeita, com seus engenheiros e secretaria de obras, e discutir todos os projetos, para a gente ter um avanço desses projetos. Agora nós vamos começar a dar o passo a passo, porque esses projetos não entraram no primeiro contrato, eles entram agora no segundo contrato de renovação da antecipação, justamente com as contribuições dos municípios. Então, momentos como esse aqui trazem elementos para que a gente possa avançar e crescer naquilo que diz respeito à melhoria da mobilidade urbana. Então, esse é o objetivo. Com relação à estrada que nós estávamos falando, o acesso, nós já marcamos aqui a data do dia 27/05. Eu acredito que antes disso o acesso já vai estar lá liberado, mas no dia 27/05 nós vamos trazer uma maturidade maior, para que possamos avançar nessas tratativas. Nós vamos reescrever os nossos compromissos e avançar com eles. Então, inicialmente, nós vamos fazer isso. A quantidade de composições que hoje a gente tem passando pelo ramal do Paraopeba, ela varia. Hoje nós temos 12 composições. Se nós considerarmos aqui que ela vai e volta, então nós podemos considerar aqui 24 composições. O avanço, o aumento ou diminuição, por se tratar de um trecho ferroviário, suas demandas é que vão ditar o que vai acontecer no movimento de trens. Inicialmente, esse é o que nós temos hoje, passando pelo trecho.

**Prefeita Andresa:** Sr. Paulo Sérgio, em 29 anos, quando iniciou esse número de, como é que chama, composições, já era esse número? Já tínhamos 24 no início do contrato?

**Sr. Paulo:** No início do contrato, com certeza era um número menor, a rede ferroviária, naquele momento, estava num momento de transição. Nesse momento de transição, houve uma parada inicial daquela produção, até que se tomassem todas as medidas de investimento, de segurança, e, ao longo dos anos, isso vem crescendo.

**Prefeita Andresa:** Então, essa era a pergunta, porque o que tem sido questionado pela população que mora próximo à linha férrea é que, de dois anos para cá, isso aumentou, e aumentou muito, em especial durante a madrugada. Eu gostaria de saber se, de fato, isso aconteceu, se houve esse aumento e quantas composições foram aumentadas.

**Sr. Paulo:** Podemos trazer essa resposta de uma outra forma. Se nós não pudermos apresentar essa resposta hoje, nos números que temos aqui, podemos trazer um relatório nessa reunião, ou até mesmo antes, podemos enviar a essa comissão esses dados para que possam ser apreciados.

**Vereador Aleff Diego:** Senhor Paulo, mas o senhor não trouxe a essa audiência esses dados que são importantíssimos para o teor da discussão, de quanto era e quanto é, e qual foi o percentual que foi aumentado? Eu só quero entender. O senhor não tem uma resposta concreta sobre a pergunta da prefeita?

**Sr. Paulo:** Nós trouxemos aqui, nós acabamos de informar que o número é 24 trens. Agora, se nós retrocedermos ano a ano, do início da concessão até chegarmos aqui ao ano de 2025, aí são dados mais relevantes que a gente precisa aprofundar para que possamos trazer dados mais concretos.

**Vereador Aleff Diego:** É isso que eu estou te perguntando. Você colocou que é 12, sobe e desce, então você multiplicou, colocou 24. Então, eu quero saber se esses 24, atualmente, quanto que era — é o que a prefeita perguntou — qual que era o percentual anterior e qual que é agora, para a gente ver se aumentou ou não. Por exemplo, aumentou significativamente? 20%, 30%? Haja vista que a gente tem que trabalhar

com dados. A gente não pode trabalhar com o subjetivo — “ah, eu acho que aumentou tanto”. Não. Quanto o percentual aumentou nessas viagens?

**Sr. Paulo:** Em percentual, nós temos uma média de 40%, mas esses dados, para serem fidedignos, precisam de um relatório mais amplo.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Gente, devido ao avançar da hora, nós vamos encerrar a pauta da MRS. Dos vereadores presentes, alguém tem alguma fala a respeito da MRS? Não? Tá. Senhor Paulo, eu agradeço a sua presença. Reforço aqui que a reunião está marcada para o dia 27 de maio, às 14 horas, na Prefeitura. Só queria deixar registrado aqui uma questão sobre investimento que o senhor falou, que está prevista uma cancela para Mário Campos. Nós temos hoje quatro passagens de nível no município de Mário Campos. Uma única cancela não nos atende. Então, eu já deixo aí um pedido para reavaliar essa situação e nos trazer uma proposição no dia 27 também. Um gráfico específico do aumento dos trens nos últimos dois anos, por gentileza. Senhor promotor, eu fiz uma anotação aqui, vou até te falar sobre isso, porque isso não compete ao município, é uma questão de legislação federal. E eu falo aqui como moradora e como atingida também, que é uma pauta dos atingidos de Mário Campos. Porque, como foi dito aqui nessa audiência, as composições passam mais no período da noite. E nós temos todo um impacto no município de Mário Campos, e a gente gostaria de ter pelo menos a noite para dormir. Eu hoje sou moradora próxima à linha férrea, não dá para dormir. A buzina dos trens a madrugada inteira acorda todo mundo. Não dá para dizer que se acostuma, porque não dá. Estou morando no local há um ano e meio. Um ano e meio eu acordo a madrugada inteira, e esse é o relato de todos os moradores de Mário Campos que moram nessa área. Eu acho que a tecnologia avançou e nós precisamos avançar também em uma mudança nessa questão da buzina dos trens. Deixo-te esse pedido, enquanto Ministério Público, para ver se há algo que possa ser debatido nesse sentido para mudar, porque a gente sabe que é uma legislação federal, é uma obrigação federal essas buzinas, mas elas precisam ser revistas, principalmente com a tecnologia que nós temos hoje. Algo precisa ser feito, porque não dá. As pessoas não conseguem mais ter saúde mental no ritmo que as coisas estão indo. Você não consegue dormir a noite inteira. Então, te deixo esse pedido encarecidamente, enquanto Ministério Público. Muito obrigada.

**Sr. Domingos:** Vereadora, eu pedirei, na mesma linha do encaminhamento anterior, eu acho que a formalização, sobretudo se for possível, trazer vídeos — o vídeo dizendo: “olha, dia tal, tantas horas, o trem está passando e esse é o impacto da passagem da composição, o impacto sonoro” — e aí filma esse barulho de dentro de casa, dos lugares que as pessoas estão sofrendo essa poluição sonora, vamos chamar assim, esse impacto sonoro da passagem do trem. Documentar isso da melhor maneira, com alguns vídeos — não precisa ser muitos — para ficar bem caracterizado o que está acontecendo. E aí, pela ouvidoria, pelo e-mail, aí a senhora vai... eu preciso disso documentado para eu fazer esse estudo que a senhora mencionou, da legislação federal, mas quais são as alternativas possíveis. E também trazer — é muito importante os senhores terem a visão de que há uma concessão — mas o DNIT fiscaliza essa concessão. E o Ministério Público Federal fiscaliza a atuação dos órgãos federais. Então, todo esse problema de passivos, de situações que demoram a ser resolvidas, é importante esse reporte ao DNIT, essas provocações ao DNIT e também ao Ministério Público Federal, para acompanhar como os órgãos federais estão, enquanto concedentes, gerenciando essa atividade. Porque aí você tem um ciclo completo de atuação institucional sobre o problema.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Sr. Paulo, agradeço a presença, o seu estar... Pode finalizar.

**Sr. Paulo:** Só sobre as passagens de nível, os viadutos vão fechar essas passagens. Só para ficar claro, a passagem da Aquasolis é que vai ter a cancela. Ela está em uma das proposições dos viadutos, dada essa necessidade. Então, eu gostaria de agradecer à mesa, a todos os nobres vereadores, à excelentíssima prefeita, ao promotor, a todos os presentes, a oportunidade de estarmos aqui fazendo esses esclarecimentos.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Obrigada, Sr. Paulo.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Eu convido agora para compor a mesa para a segunda temática, sobre a municipalização do trânsito, instalação da Junta de Trânsito e análise da trafegabilidade da cidade, o gerente do Departamento de Trânsito, Sr. Jorge Costa. Senhor Jorge, boa tarde. Seja muito bem-vindo a esta Casa Legislativa para ponderar o que nós vamos tratar aqui. Só recapitular que, no dia 29 de junho de 2023, foi realizada neste plenário a audiência pública sobre os impactos da mineração em nossa cidade e, na oportunidade, chegamos a deliberações que não foram cumpridas pela gestão passada. E, desde então, o trânsito em nossa cidade vem piorando e, hoje, é quase impossível atravessar a rua em

segurança, principalmente no momento de pico. Na oportunidade da audiência de 2023, foi falado sobre a municipalização do trânsito e a instalação da Junta de Trânsito. Então, agora, eu abro o microfone para o senhor Jorge Costa e também para trazer quais são as medidas que a nova gestão está tomando para que a lei da municipalização seja realmente cumprida dentro do nosso município.

**Prefeita Andresa:** Gostaria de pedir pra colocar a apresentação. Então, nós fizemos, inicialmente, para fazer a tratativa nesta audiência, alguns levantamentos sobre o fluxo de carretas aqui no município, porque o que ocasiona essa situação de dificuldade para a gente poder transitar no município é a questão do minério, a sujeira. Então, nós fizemos um levantamento para que todos conheçam a situação que nós estamos vivenciando hoje, pautada em dados. Então, pode passar. O trânsito e seus desafios. O trânsito é o principal desafio da nossa cidade, dado o seu aumento significativo, principalmente pela passagem de carretas. Hoje, somos a única cidade da região onde carretas de minério ainda circulam em sua área central. Então, para isso, o que a gestão tem feito? Quais são as iniciativas? O planejamento mais o diálogo. Esse é um importante momento de nós, Poder Público, aqui Executivo e Legislativo, juntamente com a Orgão de Justiça, através do Ministério Público, fazermos essa discussão. Então, juntamente da sociedade que se faz aqui presente e também as empresas, porque o nosso intuito é o aumento de empregabilidade no município, com certeza, de ver o município crescer, ver o município fluir, mas nós não podemos perder em momento nenhum a qualidade de vida. Então, o que tem acontecido no município de Mário Campos? Quais são as principais indagações? A poeira. Essa, você não consegue conter, e a poeira não está só onde eu consigo visualizar. Está ali na limpeza das casas, as pessoas dizem: “Olha, nós precisamos gastar mais água para fazer a limpeza.” Mas o que é ingerido, o que é aspirado, o que vai para o nosso pulmão, aquilo não tem limpeza que resolva. O aumento de pacientes que vai até a unidade de saúde, porque quando a poeira é constante, como nós temos vivenciado, as pessoas procuram mais a unidade de saúde. O que acontece nas farmácias? Há um aumento significativo na distribuição de medicamentos. Então, olhem só: impacto de uma carreta a cada dois minutos. Andresa, como é que vocês chegaram a essa conclusão? Nós monitoramos o trânsito. O Jota, que está aqui — Jorge Costa, é o Jota para nós —, ele, junto com a equipe de trânsito, fez esse levantamento. Foi anotado, foi fotografado, para que vocês entendam qual é a situação real da cidade hoje. Então, 26 carretas por hora, 312 carretas por dia. Essa é a média de circulação de carretas, conforme levantamento realizado entre os dias 25 de fevereiro e 10 de março, pelo Departamento de Trânsito Municipal. Então, o que é isso, acarreta? acarreta é muita sujeira, além de um trânsito extremamente pesado e perigoso, tendo em vista que Mário Campos não foi projetado para ter passagem de carretas. Nós temos aqui um patrimônio cultural tombado, que é o Casarão, que está bem na esquina em frente ao supermercado BH. Ele está, sim, hoje fechado, está desde 2021 com uma determinação, dos bombeiros, para esse fechamento. Hoje, a situação lá está complicada. Nós vamos ter que fazer toda uma reforma para que esse Casarão possa voltar a funcionar. Veja só o acúmulo de poeira. Muitos de vocês aqui que têm comércio — eu vou citar uma loja, uma loja de calçado hoje no centro da cidade —, o calçado é envolvido num plástico, porque, se ele não estiver assim, o comerciante não tem como nem vender. E as pessoas dizem assim para a gente, quando vão à loja: “E isso, ainda ele envolvido nesse plástico para proteção, a gente tem que colocar isso em promoção mensal”, porque a poeira entra; ainda não é algo que consiga vedar esse minério. Então, o aumento significativo do trânsito e, principalmente, a circulação de carretas de minério tem gerado diversos impactos negativos para a cidade. Como? Passo a elencar: piora na qualidade de vida da população, poluição do ar, poluição das vias, congestionamentos. Então, eu tenho a linha férrea que fecha ali, cinco e meia. Quando eu falo “fecha”, para quem mora aqui, quem passa ali para o Campo Verde, sabe o que eu estou dizendo. É cerca de meia hora, 45 minutos, dele fazendo manobras. E aí, mais o trânsito de carretas, porque aqui a gente tem que trazer à tona toda a situação, que tem complicado o trânsito em Mário Campos, até mesmo para que possamos, juntos, construir as soluções. O desgaste acelerado das vias e dos imóveis e prejuízo aos comerciantes. O Jota vai elencar aqui o trabalho que nós estamos realizando de pintura. Eu falei assim: “Jota, mas não pintou?” Pintou.

Pinta de manhã, quando é à tarde, você já não consegue ver mais a passagem de nível. Por quê? Porque a poeira já tomou conta. Assim, a sujeira vai passando aos carros. Olha lá, para a gente poder desobstruir. Aí as canaletas... são carrinhos e carrinhos de minério. Mas é muita coisa que nós temos tirado por semana. E isso tudo por conta da Prefeitura Municipal de Mário Campos. As garis fazem a varrição, a gente faz a capina, mas isso tem sido insuficiente. O trânsito aumentou demais, de uma forma que, depois que abriu o terminal ali, aquela ponte dos caminhoneiros, isso aumentou significativamente. Não se tem um decreto municipal, mas sem a municipalização do trânsito, a gente não consegue avançar nesse sentido. A Avenida Governador Magalhães Pinto, hoje, toda a cidade está muito difícil, todas as vias, mas a Governador Magalhães Pinto hoje é o nosso pior trecho. Essa limpeza está sendo mostrada na Governador Magalhães Pinto. É algo surreal. A gente faz a limpeza, faz a capina e, com três, quatro dias, o minério já está todo no cantinho, o mato já cresceu todo de novo. Nós fizemos uma limpeza com enxada, para não ser com roçadeira, para não ficar, então, a muda desse capim, mas em nada adianta. Com uma semana você já vê que cresce. E isso tudo com custo da prefeitura. Pode passar. Eu gostaria que vocês visualizassem os cantos da cidade. Essa parte, hoje, é lá da Três Irmãos, é lá da região de

Bom Jardim, onde hoje está sendo feita uma limpeza pela Empresa Mineral do Brasil, de capina e de limpeza. Aqui embaixo, na Governador Magalhães Pinto, nós não temos esse serviço. Então, esse serviço que lá está sendo feito, aqui fica todo por conta da prefeitura municipal. Então, eu chamo a atenção porque nós precisamos criar, de fato, os mecanismos que vão desviar as carretas do centro da cidade, o que é essencial, mas até que a gente construa isso, precisamos ter elementos para manter a cidade limpa, porque isso aí já não dá para conviver mais. Pode passar essa parte. O que já está sendo feito? Então, nós vamos elencar agora o serviço da prefeitura, e eu demonstrei aí o serviço feito pelo setor de trânsito, que são as pinturas. Aí vocês falam assim: “Andresa, essa pintura é feita hoje. Quantos dias dura?” Três dias. Já apagou tudo. É uma tinta cara, porque tem que ser uma tinta específica para essa finalidade. É essencial, porque isso aí dialoga com a segurança da população mariocampense. Dentro disso, ainda tem uma pauta que é muito séria. Não sei se a gente conseguiu elencar todos os vídeos, mas nós temos aqui o caminho dos meninos na escola estadual. As carretas que saem da ponte dos caminhoneiros para acessar o terminal de cargas, aqui de Sarzedo ou outro terminal, o que é que elas fazem? O cano de descarga é lateral. Então, os meninos estão indo para a escola, quando a carreta passa, ela vai passar no quebra-mola, então ela tem uma aceleração. Isso causa uma descarga maior, que levanta a poeira, que vai nos meninos primeiro, bate no muro e volta. Então, a criança, o idoso, a população mariocampense toda, além de estar chegando à escola suja ou a qualquer outro caminho que for, ainda tem a questão da saúde mesmo, porque essas crianças estão o tempo todo — e eu vou elencar toda a população — aspirando essa fumaça o tempo todo, essa fumaça de poeira. Então, nós estamos fazendo as demarcações viárias, pinturas de faixa de pedestres e a instalação de passagens elevadas, a instalação de sinalização vertical, o estudo para inversão de sentido de vias para melhorar esse trânsito das cidades, desafogar algumas áreas, estudo de viabilidade para a criação de vagas de estacionamento na área central, ações educativas de trânsito para orientações aos motoristas. Eu gostaria que o Jota completasse, de acordo com o serviço que ele, juntamente com sua família, tem feito no município.

**Sr. Jorge Costa (Jota):** Boa tarde a todos. Foi bem dito pela prefeita aí. Essa questão dessa faixa que a gente pinta ali, de ser três dias, vale dizer que é onde as carretas passam. E também tem outros problemas, que não foram aqui colocados. Os imóveis também, de quem mora próximo onde as carretas passam, são desvalorizados. Podem ter certeza que são desvalorizados. E a outra coisa é o seguinte: essas carretas têm outros locais para passar. Elas têm a Ponte do Caminhoneiro. Elas não passam pela Ponte do Caminhoneiro porque lá tem uma subida. Então, por esse motivo, que eles não querem passar lá. E, como a prefeita já bem disse para vocês aí, a única cidade na região — essa pesquisa foi eu que fiz — a única cidade na região em que as carretas passam dentro é só Mário Campos. Aquelas placas que eu coloquei lá, eles não estão nem aí para elas. A verdade é essa. Eu acredito no seguinte: já conversamos, já sentei aqui outras vezes, até com vocês, e é o seguinte: não resolveu muita coisa, não. Então, eu penso o seguinte: talvez, com a implantação realmente do MárioTrans e havendo uma fiscalização mais efetiva, acho que nós vamos conseguir resolver esse problema. E nós já estamos trabalhando para a implantação do MárioTrans, que já era para ter sido implantado desde 17 de outubro de 2018, como bem o senhor promotor falou ali. Os trabalhos estão avançados, nós elaboramos vários documentos juntamente com a equipe que trabalha comigo, que está ali, que é a Ester e o Leonídio. Elaboramos, já enviamos para o jurídico, o jurídico está analisando essa documentação para enviar para o convênio. Vale dizer que não é uma coisa — vou falar a verdade — não é uma coisa rápida, porque só o convênio com a Polícia Militar demora. Eu já conversei com eles, eles demoram um pouco para acabar esse convênio. E tem os convênios com o banco, o convênio com os Correios. Nós vamos ter que fazer também um contrato com a gráfica. Então, só a partir daí que eu acredito que nós vamos conseguir, realmente, fazer com que essas carretas respeitem e obedeçam aquelas placas lá, aquele decreto 1007, que está naquelas placas lá que eu coloquei, mas que não adiantou nada. Os carreteiros não só passam por aquelas placas, como eles param também ali no centro de Mário Campos. Param ali cinco carretas, seis carretas, e de madrugada também as carretas passam. A única coisa, até agora, que as carretas estão dando para Mário Campos é sujeira e tudo aquilo que a prefeita falou.

**Prefeita Andresa:** E um outro fator que é extremamente importante da gente elencar é a situação de risco. Mário Campos, hoje — é uma pena que o DER não tenha vindo para a gente poder fazer essa discussão —, nós temos áreas aqui que são de domínio deles. E a sujeira, o mato, faz com que o pedestre ande na rua, que a bicicleta transite na rua. E isso coloca em risco a população, população essa que já sofre há longos anos. Depois de 2019, com o rompimento da barragem, sofre ainda mais, sem a gente ter aqui nenhum projeto em execução para, de fato, ressignificar a vida da população mariocampense. O que nós temos aqui hoje são anteprojetos — eu vou falar que são rabiscos ainda — para serem entregues o ano que vem, com projeção para a Vale executar obra de um ano e oito meses, dois anos, com prazo prorrogável, ou seja, não há nada efetivo, com exceção da Estratégia de Saúde Amarela, que está lá no bairro Bom Jardim. Esse é o único projeto executivo que nós temos avançado. O resto não tem nem um executivo. Então, o risco que a população mariocampense está correndo dia a dia

— e é que agora eu falo da Avenida Governador Magalhães Pinto, e falo também da 155 —, porque quem desce de Bom Jardim, e não são poucas as vezes que nós vemos as crianças que treinam futebol, jovens, eles descem mesmo de bicicleta, eles descem a pé e eles descem no meio da... Então, é algo que a gente precisa discutir e é para ontem, porque não dá mais para postergar, não dá mais para... Então, nós temos a sujeira da cidade, nós temos o prejuízo da população em relação ao ruído, ao barulho, à poluição, ao desgaste dos seus imóveis, à desvalorização dos mesmos e à ausência de contrapartida. Falo com muita tranquilidade aqui. A Mineral do Brasil, ela tem a declaração de conformidade, é a empresa que, quando é chamada, ela comparece, ela faz os diálogos. Vi hoje lá a limpeza e pensei: precisa até ampliar. Estou vendo aqui um caminhão-vassourinha fazendo a limpeza da ponte aqui, até numa parte que liga à 381, o quanto que melhorou ali. De fato, isso, para os funcionários da prefeitura, é inviável. Para os cofres públicos, é algo que nós não podemos mais arcar, porque isso não é responsabilidade da prefeitura. Quem faz a sujeira, causa o dano, precisa fazer o seu devido reparo. E as transportadoras, elas têm um papel fundamental, porque é responsabilidade delas também. Minerou, transportou: é toda uma cadeia, que não pode ser quebrada nas responsabilidades, porque senão o minério ficaria lá. Dentro da mineração ele não sai. Qual é a contrapartida? O acordo que foi feito, foi feito lá com o São Joaquim de Bicas. Mário Campos não recebe nada das carretas que passam, com exceção da Mineral do Brasil, que sim. Eu fiz até o levantamento aí da CFEM, que o município arrecadou ano passado. Este ano, nós vamos pedir uma revisão, porque, de fato, gente, a população mariocampense tem sofrido — e não é pouca coisa, não. E agora veio o período de seca. Eu pergunto: como é que nós vamos lidar com isso? Como é que nós vamos lidar com essa situação? Temos aí uma síndrome gripal de grande risco. Várias cidades já declararam, inclusive, emergência. Mário Campos não fez porque isso ainda não chegou às nossas unidades, mas a Secretaria de Saúde e todo o corpo da Prefeitura estão muito atentos. Mas o número de pessoas com alergia já começou a aumentar, e isso, é claro, que vai lá na farmácia e que chega nos cofres públicos, tudo bancado pela Prefeitura Municipal, que tem uma arrecadação muito pequena. Sua maior fonte ainda de recurso é o FPM. Então, assim, hoje nós temos que sair com encaminhamentos que vão dialogar com melhorias na qualidade de vida da população mariocampense, e a Prefeitura não fugirá ao diálogo e a todas as ações necessárias para garantir melhor qualidade de vida para a nossa população. Deixa eu só pedir para passar se tem mais alguma questão que ficou sem elencar. Finalizamos? Ok.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Algum dos vereadores presentes tem alguma coisa dessa temática para poder pontuar? Vereadora Daniela, pode vir à tribuna, por favor.

**Vereadora Daniela Agostinho:** Boa noite a todos e a todas. Cumprimento aos presentes, cumprimento à mesa na pessoa do Doutor Domingos, prefeita, e à mesa pela presidente Sammantta. Bom, tratando da questão da Avenida Governador Magalhães Pinto, eu gostaria de fazer uma pontuação e uma pergunta ao Terminal de Carga Serra Azul. Eu gostaria de saber se essa rota que fazem, vindo pela 381 e cortam Mário Campos como rota estratégica para a economia, no caso, eu gostaria de saber se o terminal tem ciência de todas as empresas que fazem essa rota para nos apresentar e qual diálogo poderia ser feito com essas transportadoras, porque eu vejo que vêm de outros lugares, parece que Caeté, Motuca, e eu vejo que essas carretas deixam um impacto muito grande no trânsito de Mário Campos. Aí, eu gostaria de saber se tem algum representante do terminal para receber, me responder e depois esplanar algumas outras pautas aqui.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Essa é a sua pergunta? Vou passar.

**Vereadora Daniela Agostinho:** Sobre a Magalhães, sim.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Tá bom. O senhor Samuel, quem é dos dois que é o senhor Samuel? O senhor quer responder agora ou no início da próxima temática, que é sobre o trânsito?

**Sr. Samuel:** Agora.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Então pode responder à vereadora, pode se encaminhar à tribuna, por gentileza.

**Sr. João Paulo:** Boa noite a todos. Cumprimento a todos os presentes na pessoa da presidente. Em relação à indagação que foi feita sobre o Terminal Serra Azul, é importante que a gente entenda o papel dele e, inclusive, a atividade que ele exerce. O Terminal Serra Azul presta um serviço de armazenamento, então ele recebe o minério de mineradoras que são clientes, que firmam um contrato de armazenamento, e essas mineradoras — que não são contratos fixos — esses contratos variam. Numa época do ano, eu tenho cinco contratos com as empresas A, B, C, D; em outra época do ano, eu tenho quatro contratos; em outra época do ano, eu tenho dez. Essas empresas variam, e fica a cargo dessas empresas a contratação do transporte. As mineradoras são as contratantes do frete, elas contratam as empresas livremente, do jeito que desejam contratar. É uma pactuação comercial entre as mineradoras e as transportadoras. Isso pode ser feito por meio de transportadoras constituídas, pode ser feito por meio de agregados, de motoristas autônomos que são proprietários de seus próprios caminhões, de suas próprias carretas. A única coisa que o terminal faz é receber a indicação de qual quantidade vai ser movimentada. Então, as contratantes daquele espaço de armazenamento informam, de acordo com as contratações que elas fazem — inclusive com a MRS, para a movimentação dessa carga pela via ferroviária — elas fazem um planejamento de carregamento desse material para o terminal. Então, o terminal não tem ingerência nenhuma sobre o transporte que é feito, apenas recebe a informação de que "X" carretas vão chegar no prazo "X" para atender uma composição da MRS que vai estacionar ali na porta no dia seguinte, em tal horário, para começar o carregamento das composições. Em relação ao frete, ao transporte em si, nós não temos ingerência nenhuma sobre isso. A contratação é livre das mineradoras. Como eu disse, a gente não sabe quem vai transportar, não existe essa programação dessa forma. A contratação do terminal é com as mineradoras. E aí, o que a gente faz? A gente faz ações educativas. Nós já fizemos algumas ações concretas ao longo do tempo. A gente instalou placa indicativa, informando justamente sobre o decreto municipal que proíbe o trânsito desses veículos pela área da cidade. A gente fez comunicado a todos os clientes, explicando sobre tudo que vem ocasionando de problemas para a cidade, pedindo para esses clientes que, ao contratarem o frete, que eles se atenham a isso e que cumpram a legislação. Mas, como o terminal não tem poder de polícia, fica difícil para o terminal proibir que a carreta use a rota X ou Y. No nosso histórico, pela nossa avaliação, esse número seria ínfimo, porque quando a gente coloca, por exemplo, a rota — seja vindo da região de Itatiaçu ou da região de Belo Horizonte — colocamos como destino final o Terminal Serra Azul, os aplicativos, por exemplo, de mapa, nunca indicam a rota da MG-040 como a rota melhor para ser seguida. Ela nunca é indicada como a rota mais rápida ou como a rota melhor. Esse trabalho do terminal, educativo, já é feito há muito tempo, por meio de comunicados. Sempre que novos clientes contratam o terminal, eles são informados disso. Mas isso não é fixo. Eu não tenho, por exemplo, a mineradora X como cliente a vida inteira. E essa mineradora X não tem a transportadora A, B ou C como a contratada para o serviço de frete, de maneira perene e ininterrupta. Então, a gente sempre busca fazer esse trabalho educativo justamente por isso mesmo.

**Vereadora Daniela Agostinho:** Doutor, é só a título mesmo de orientação: nós temos dois caminhos vindo da 381. Um que dá direto ao terminal, que é passando por Bicas, e temos essa rota que é por Mário Campos. É uma rota que não é duplicada; a 155 ainda tem, acho que tem um diálogo ainda de duplicação. Mas a gente entende que isso impacta muito no trânsito de Mário Campos, porque esses caminhões saem de Belo Horizonte, vêm de Belo Horizonte, vêm, como eu mesma disse, e, ao invés de seguirem a rota que vai diretamente ao Terminal Serra Azul, passam por dentro de Mário Campos para fazer uma economia de tempo. Então, eu acho que isso é algo... Uma campanha educativa, algo assim, era ideal para orientar os motoristas, porque eu acho que isso atrapalha muito o trânsito de Mário Campos.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Obrigada, vereadora Daniela. Acho que a prefeita precisa voltar ali naquela temática. Pode explicar.

**Prefeita Andresa:** É, eu preciso. Eu falo que, hoje, imediatamente, o que nós precisamos para minimizar os impactos, da limpeza das vias utilizadas para o escoamento de minério é a varrição, capina, roçada e, então, essa limpeza. O trânsito... Mário Campos não foi pensado em momento algum para esse trânsito pesado de carreta. Afunda o asfalto todo; o calçamento, nem se fala. A gente faz remendo toda semana e toda semana nós temos problema com os buracos, temos problema com tudo isso que eu elenquei. A varrição e a capina são algo assim que nós já estamos pensando: o que mais nós vamos utilizar? Porque a mão de obra, nós não temos como crescer. Nós temos um orçamento para cumprir. Eu não posso deixar de colocar medicamentos para colocar mais pessoas para fazer a varrição e a limpeza, onde os caminhões de minério estão passando e deixando toda essa degradação. Vejam lá, toda vez que uma carreta dessas passa no minério — passa no quebra-molas — você sabe o que acontece? Desprende placas de minério e isso cai, blocos de minério, sujando as vias. Isso é todos os dias que nós estamos vivenciando. As carretas passam, e aí nós pegamos algumas filmagens do segundo andar: elas não trafegam com aquela capa de proteção em cima, então sai distribuindo a poeira por todo lugar onde

passa. E nós temos vídeo que elenca e que comprova isso também. Então, a situação de Mário Campos hoje, ela é assim, olha... Concordo quando ele vem aqui: "olha, o nosso papel é contratar, é só saber assim, vai chegar tantos caminhões." Mas de quem é esse papel, então? Se já conversei, se já... nós temos, eu acredito que tenha câmeras onde olha vocês estão passando por onde? Está prejudicando a população. Então, nós precisamos fazer uma força-tarefa de, de fato, buscar soluções. Olha lá o que eu estou dizendo: o que o Código de Trânsito Brasileiro permite? Permite que a gente trafegue desse jeito aí? Com sujeira? Uma carreta pode sair lá da mineração toda suja, sem estar devidamente coberta? Isso não é obrigação também de olhar? Eu posso trafegar desse jeito aí? Essa Avenida Governador Magalhães Pinto, para onde está indo essa carreta?

**Vereador Pastor Marquinhos:** Deixa eu só te interromper um pouquinho, então pessoal, um minutinho, porque eu acho que é muito interessante esse debate aqui. Porque o que acontece... Como que é o nome do representante do Terminal Serra Azul? O Paulo? João Paulo. Muito obrigado por ter vindo. O Sr. João Paulo, o que acontece, por exemplo, quando uma carreta passa no centro de Mário Campos sem lona — e digamos que essa carreta está indo para o Terminal Serra Azul — e ela chega no Terminal Serra Azul sem lona, então esse problema também é do senhor. Porque, quando o senhor vem aqui e diz que não tem nenhuma responsabilidade sobre essa questão, que o senhor não tem poder de polícia, de fiscalização, eu acho que na entrada da empresa precisa ser fiscalizado, sim, porque alguém está sofrendo um impacto. E quais as ações por parte da empresa? Porque a empresa não tem responsabilidade, mas a transportadora que vai lá abastecer o terminal do senhor passa dentro da nossa cidade, deixando sujeira, deixando barulho e deixando impacto. O senhor não pode vir aqui e dizer que não tem responsabilidade nenhuma, uma vez que o seu terminal está sendo abastecido com minério que passa dentro da nossa cidade. E a função dessa audiência pública é que as empresas se comprometam, como a Mineral já está comprometida com a cidade, como o Terminal de Cargas Sarzedo já está comprometido com a cidade. Nós queremos, juntos, buscar soluções. O fato é que eu tenho algumas filmagens aqui de caminhões — se puder colocar aí, Carlos — fora de estrada, passando dentro da cidade, sem sequer se preocupar com a sinalização que a lei permite. Então, ao chegar, tem que haver uma fiscalização, contribuindo para a melhora na qualidade de vida aqui da nossa cidade, porque o que nós estamos vivendo aqui já está virando uma situação insustentável. E nós precisamos de pessoas que se comprometam — o quão mínimo que seja — mas que tenham algum tipo de ação para nos auxiliar, porque, da forma que está, Mário Campos está ficando... daqui a pouco, nós vamos ter uma debandada de gente indo embora da cidade porque não consegue mais conviver com essa situação. E aí, quando a gente faz uma audiência pública, com todo o respeito que eu vou dizer, o senhor falta com respeito à nossa cidade e aos parlamentares presentes, quando diz que não tem responsabilidade sobre isso. A responsabilidade é de todos nós. É minha também. É sua também. É minha também.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Enquanto isso, vou fazer uma pergunta, prefeita, enquanto agiliza ali. Já existe uma previsão para a Junta de trânsito começar a operar no município de Mário Campos?

**Prefeita Andresa:** Então, nós não temos essa previsão ainda. Nós estamos nos estudos iniciais, porque, para a gente poder instalar esse setor de trânsito municipal, nós precisamos de algumas ações. E o orçamento do ano passado, no QDB, não teve nenhuma previsão orçamentária. Então, nós enviaremos para esta Casa a solicitação, porque nós vamos ter que abrir créditos para a especialidade, para que a JARI tenha a possibilidade de criar um consórcio com os municípios vizinhos que já têm essa junta, porque, quando você institui o trânsito municipal, você tem que ter uma junta recursal, que é a JARI. Então, nós estamos fazendo o diálogo com os municípios vizinhos, mas eu acredito que, no início do ano que vem, nós já tenhamos esse setor de trânsito instalado no município.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Alguns dos Vereadores presentes tem algo a falar sobre o trânsito das carretas? Pode vim senhor Nery.

**Vereador Nery do Tangará:** Boa noite a todos e a todas, cumprimento a mesa diretora, na pessoa da presidente, e os demais aqui, Doutor Domingos. É importante a gente poder estar discutindo isso aqui, porque é uma pauta que já trabalhei, busquei em outros mandatos. E eu falo que, desde o mandato do ex-prefeito Juninho, a gente discute essa questão da limpeza da cidade, a questão desse trânsito de carretas, todas essas dificuldades. No mandato passado, eu fiz parte do, e fui da gerência do setor do meio ambiente, e tive um diálogo muito bom com a Mineral do Brasil, com o Terminal de Carga de Sarzedo e outras mineradoras, como a MIB, a MIT, a Tijucana. A gente procurou essas empresas para que fizéssemos um trabalho em conjunto para poder fazer essas melhorias no trânsito, poder tratar do que está sendo feito aqui hoje. E o que é que ocorreu? A gente teve uma proposta de uma empresa que

está aqui também, que hoje não se encontra presente, que é a Ecomine, na pessoa da Héliida, que me apresentou um projeto que ela já executou em Lobo Leite, que é um projeto sobre a limpeza da cidade. E todas as empresas que a gente procurou no passado se propuseram a fazer esse diálogo, a sentar e discutir para poder trazer essas melhorias para a cidade, para Mário Campos. Não deu tempo, porque foi muito curto — foi mês de outubro, finalzinho de outubro — quando eu voltei para a prefeitura, que a gente fez esses diálogos, e acabou passando a gestão. No começo do ano, eu tinha até trago à prefeita, ela falou que ia fazer esse levantamento sobre as carretas dentro do município, não é, prefeita? E a gente fez esse diálogo com ela, que a gente já tinha uma conversa com as mineradoras, e que, logo no início, ela iria estar fazendo esse levantamento para fazer essas tratativas. E o que ocorre? Dentro desse tempo que foi se perdendo já em três mandatos, desde o processo do prefeito Juninho, a gente entende que precisaria tomar essas medidas e sentar com essas mineradoras, porque não é justo somente uma empresa vir manter a limpeza da cidade, sabendo que muitas compõem e atravessam por dentro de Mário Campos. Nós sabemos que temos a Ferros e outras empresas que trazem material de fora para se beneficiar dentro das empresas aqui, que também cortam por dentro de Mário Campos. Então, não é justo uma empresa sozinha pagar ou ter que arcar com essa responsabilidade dentro do município. Portanto, é importante esse diálogo, entendermos e criarmos esse consórcio para desenvolvermos um trabalho aqui firme e com comprometimento com todas as empresas, para que não pese a uma só. Muito obrigado.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Nery, agradeço a sua fala. Quero deixar registrado que está presente aqui no plenário — devido aos poucos lugares que nós temos na mesa — eu vou passar a palavra para vocês na plenária, tá bom? Mas eu quero deixar aqui registrado que temos aqui presentes o Terminal de Cargas de Sarzedo, na pessoa do senhor Pedro Silva — muito obrigada por sempre atender o nosso pedido.

Representante do Terminal de Cargas Serra Azul está aqui, o Samuel e o senhor João Paulo — muito obrigada. Representante da empresa Mineral do Brasil, que é a senhora Patrícia Elias. Foi convidada para esta audiência pública a empresa TSL, que não compareceu. Foi convidada porque possui, dentro do município de Mário Campos, uma garagem. Então, ela volta com o transporte para dentro, para essa garagem, no final da sua jornada de trabalho, mas não compareceu. E, nos e-mails, nos ofícios encaminhados para os terminais, como nós, da Câmara Municipal de Mário Campos, não tínhamos acesso às carretas que passam dentro do município, a gente não tem esse poder de fiscalização para ter acesso a isso dentro do corpo da convocação, nós colocamos assim: "Solicitamos que, para maior abrangência do debate, que o presente ofício seja encaminhado às empresas que transportam minério para o Terminal Serra Azul." Fiz a mesma colocação também para o terminal de Sarzedo, porque essa era a maneira que nós achamos para poder chegar nessas transportadoras, para que elas também participassem do debate. E aí eu indago aqui se esse convite foi extensivo a essas transportadoras, para que elas pudessem estar presentes, e se foi escolha delas não comparecer. Então, eu peço o esclarecimento do senhor Pedro e também do representante do Terminal Serra Azul. O microfone sem fio está funcionando? Acho que ficará melhor para a gente. Você consegue, Fabi? Aliás, eu falei do microfone, mas, se vocês quiserem responder na tribuna e se apresentar, a questão inicial também, eu vou ficar de pé para que o público possa ver também. Aí fica a escolha de vocês. Pode falar.

**Sr. Pedro:** Muito boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a mesa na pessoa da presidência da sessão, da audiência pública, o vereador Samanta. Cumprimento também aqui a nossa prefeita, Andresa, também o promotor Domingos. Primeiro, sobre a indagação, o terminal não fez esse trabalho, a gente não divulgou para as transportadoras. Eu acabei tendo um problema pessoal, acabei de ser pai, estava um pouco ausente, peço desculpas. Foi direcionada à minha pessoa, ao meu e-mail. Então, por uma questão pessoal, peço desculpas por não ter compartilhado com as transportadoras. Mas queria falar um pouco aqui, aproveitar o momento, não sei se eu posso falar. Bom, sobre a questão das carretas, acho que é um tema sensível realmente para o município. Todos nós estamos cientes do problema que é causado. As fotos não nos deixam enganar. A cidade tem realmente um problema com o pó, com o particulado. E é um assunto que a gente realmente tem que enfrentar de frente. O TCS, eu queria destacar que ele está antes de Mário Campos. Em teoria, é uma solução para esse trânsito que corre dentro de Mário Campos. O terminal está antes. Não faz nenhum sentido, por exemplo, você ver uma carreta carregada passando dentro de Mário Campos que vá ao TCS. Todo o fluxo logístico, até a questão econômica, para os motoristas faz mais sentido vir pela 381. A gente fez uma fiscalização, uma auditoria em dois dias, tentando identificar quais são as carretas que saem vazias do Terminal de Carga de Sarzedo. Na época eu até compartilhei com o Pastor Marquinho, para tentar identificar por que essas carretas vêm para Mário Campos. E aí tem algumas justificativas que os motoristas fazem, mas é um volume pequeno, e a gente também tem feito um trabalho grande para minimizar o impacto. O terminal hoje, a gente faz um trabalho grande junto à MG-155, que é esse pedaço até chegar aqui em Mário Campos, para evitar que esse particulado também desça para Mário Campos. A gente faz a limpeza da MG, a gente tem um

trabalho grande com o DER, uma parceria muito boa lá. Inclusive, tem uma relação ótima com o Rodrigo, que é o atual diretor-geral do DER. O terminal também tem feito um trabalho grande na contenção de particulados. Nós estamos implantando agora toda uma inspeção automática. Fizemos agora também um formatador de cargas para os vagões, que é uma coisa inovadora, é o primeiro terminal do Estado que faz isso. A gente formata a carga no vagão e depois esse vagão recebe uma aplicação de um polímero, para evitar também que, quando a composição ferroviária passe dentro de Mário Campos, não gere o arraste atmosférico ou que esse minério fique pingando ao longo do trecho, o que eu também acho que é uma situação bem grave. Nós estamos muito satisfeitos com o resultado que tem dado. Recebemos agora, semana passada, uma fiscalização da Supram. O pessoal ficou bem satisfeito. Agora Supram não, agora FEAM, mudou o órgão, através da NUCAM, que é o órgão que nos fiscaliza. O pessoal ficou bem empolgado com a iniciativa. Uma iniciativa cara. Só esse formatador de carga custou mais de 6 milhões de reais, não é uma iniciativa pequena. E ainda sobre a questão das carretas, eu acho que um tema que pode ajudar bem, como diz o gerente aqui do município e também o promotor, eu acho que se a gente puder implantar o convênio e fiscalizar essas carretas... Porque eu realmente acho que boa parte dos motoristas que trafegam aqui é por alguma comodidade. Realmente, os motoristas recebem orientação. A gente tem uma placa grande, inclusive, na saída do terminal, falando que é proibido as carretas vazias descerem para o centro de Mário Campos. E, infelizmente, os motoristas às vezes não respeitam isso. A gente tem falado com as transportadoras. E um fato também que a gente não pode negar é a questão dos para-choques que ficam sujos. Eu acho que esse é um grande problema das carretas vazias. A gente implantou lá agora o que a gente chama de "blitz do para-choque". Então, de tempos em tempos, ao longo do dia, a gente faz blitz para verificar se todos os para-choques estão limpos. Uma iniciativa também, que eu até aproveito aqui a presença do Ministério Público, que pode nos ajudar: a gente procurou os fabricantes de caçamba de caminhão pedindo para que esse para-choque tivesse um "chapéuzinho chinês", para evitar o acúmulo do minério nos para-choques. E algumas transportadoras, a pedidos nossos, adaptaram um modelo em que o motorista... esse para-choque tem uma chapinha, ele levanta, então ele limpa todo o para-choque. Mas os fabricantes, assim, nos receberam educadamente, mas não ouviram a nossa recomendação, a nossa sugestão. Então também fica um ponto aí, talvez de melhoria, porque eu acho que é um problema. É talvez o que mais gera esse problema. Esse resíduo de minério, porque se fica um para-choque cheio, a carreta vai andando, aquilo ali vai poluindo mesmo, vai caindo ao longo do trecho. Então, a gente tem feito essas blitz, tem acompanhado, melhorou muito. A gente ainda pega motorista tentando sair do terminal, às vezes, com o para-choque sujo, mas a gente tem feito a limpeza. Então, eu queria só fazer essa explanação inicial e falar um pouco das nossas iniciativas. Me coloco à disposição.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Obrigada, senhor Pedro. Vou fazer essa pergunta para todos, então já vou te adiantar. O senhor conseguiria nos dizer de onde vem o minério que hoje você escoia dentro do seu terminal, só para a gente ter uma noção da rota dessas carretas até chegar ao terminal? O senhor tem essa informação?

**Sr. Pedro:** Tenho. Hoje, boa parte, hoje 60% do meu volume vem da mineração Osiminas, que está situada em Itatiaiuçu. Ela vem pela 381 e passa pela MG-155, e o restante do volume é pulverizado. Uma parte vem de clientes da região de Belo Horizonte e também da Ecomine, que é essa planta que foi citada pelo vereador aqui, que se instalou ali perto do terminal, e também tem um volume bem significativo conosco. Mas boa parte do volume vem de Itatiaiuçu, e também de Igarapé, que é a MMI, Mineração Morro do Ipê. Juntando esses dois clientes, são aproximadamente 75% do meu volume, só esses dois clientes.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Muito obrigada. Eu passo a palavra para o representante do Terminal Serra Azul para nos dizer se o convite foi repassado a quem faz o trabalho de levar o minério até vocês.

**Sr. João Paulo:** Oi, pessoal, vou falar daqui, se vocês não se importarem. Nós vamos responder isso de duas formas, também pegando um gancho na fala do Pedro ali. Vou pedir ao Samuel para nos trazer aqui algumas explicações de ordem técnica. Nós não fizemos esse trabalho de divulgação entre as transportadoras, pelo motivo que eu expliquei anteriormente. Nós não temos gerência sobre a contratação do frete. O que nós fizemos e fazemos continuamente, já há alguns anos, é fazer esse trabalho educativo junto às mineradoras que contratam com a gente, porque são elas as responsáveis pela contratação do frete. Então, a gente não tem gerência sobre se ela vai contratar a transportadora A ou B para aquele carregamento específico.

**Prefeita Andresa:** Quais são essas mineradoras hoje que fazem essa contratação com vocês?

**Sr. João Paulo:** Pois é, hoje, até perguntei ao Samuel aqui para dar esse dado para vocês, hoje, 99,9%, digamos assim, do minério que a gente recebe vem da região de Itatiaiuçu, das mineradoras que estão ali na região. Eu queria também que o Samuel explicasse o que está acontecendo, o trabalho que é feito ali e também o trânsito das composições ferroviárias que passam lá pelo Terminal Serra Azul.

**Sr. Samuel:** Boa noite a todos. O Terminal Serra Azul, conforme o Dr. João Paulo sinalizou, 99% do minério que é embarcado no TSA hoje vem da região de Itatiaiuçu. Então, esse transporte vem por São Joaquim de Bicas, pela SJB-015, pela 381, acessa a SJB-015. Então, a gente não tem minério que passa por Mário Campos, que faz o embarque ferroviário no Terminal Serra Azul. As composições hoje que são embarcadas no terminal, todas elas passam por Brumadinho. Então, também não tem acesso à circulação da ferrovia, do material, por Mário Campos.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Bom, eu vou aproveitar: tudo o que é dito aqui vai para uma ata que vai ser acompanhada pelo Ministério Público. Eu vou te dizer, e vou contestar a sua fala, e eu acho que outros vereadores aqui também vão me apoiar nisso, porque a gente frequenta muito, passa muito pela 155, e diariamente a gente se depara com carretas que não viram no Terminal de Cargas de Sarzedo, elas passam direto e viram aqui na Avenida Governador Magalhães Pinto. Se a gente colocar hoje uma fiscalização na rotatória central, inúmeras, inúmeras carretas, como já mostrou o levantamento da prefeitura, viram diariamente ali, sentido Governador Magalhães Pinto. Então, não tem condições. Nós temos um tráfego de carretas que passam diariamente pela Avenida Governador Magalhães Pinto. Nós precisamos que alguém assuma essa responsabilidade. Porque, gente, eu tenho aqui...

**Prefeita Andresa:** Ó... Vereadora, olha, nesse momento a carreta que está passando, ela está carregada, essa carreta. Vejam só. É o quê? Vem de onde isso?

**Vereadora Sammantta Bleme:** Porque ela não vai levar para outra mineradora, né?

**Sr. Samuel:** Nós não embarcamos ferrogusa.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Então, vai para onde, gente? Nós precisamos, então, entender. Então, assim, eu sou a pessoa da devolutiva. Então, a primeira devolutiva que nós vamos tirar dessa terceira e última parte dessa audiência é que a prefeitura faça blitz educativas ali na Avenida Governador Magalhães Pinto, na MG vindo de Sarzedo, que faça na Estrada da Mineral do Brasil e faça o mapeamento.

Por nota, esse carregamento está vindo de onde e ele vai para onde? Porque esta casa não vai aceitar mais as pessoas dizerem: "Não é meu o minério, não é meu o transporte." Não dá mais. Alguém está sujando Mário Campos e nós estamos ficando com essa conta. Não dá. Se a gente for pagar caminhão-pipa para lavar a Avenida Governador Magalhães Pinto, é um absurdo. Nós não podemos arcar com essa conta. Então, a primeira devolutiva que eu tiro dessa terceira parte da audiência pública: a prefeitura vai fazer um mapeamento, fiscalizando por nota, e nós vamos identificar de onde está vindo e para onde está indo. Porque alguém tem que assumir essa responsabilidade. Eu tenho aqui 37 formulários dos comerciantes da nossa cidade. Eu fiz esse trabalho, eu andei de comércio em comércio, nas principais vias da nossa cidade. Todos — está aqui para quem quiser ver — todos os comerciantes da parte principal de Bom Jardim, da Avenida Governador Magalhães Pinto, Avenida Floresta e Avenida Ronaldo Flausino, todos reclamam de carreta de minério passando na sua porta. Reclamam de perda de mercadoria porque encarde, porque suja. Reclamam da sua loja suja. Reclamam, inclusive, do que pagam de conta de água para limpar sua loja três, quatro vezes por dia, sem falar na saúde dessas pessoas.

É o que a prefeita falou aqui agora há pouco: o cano de descarga passa na lateral da via, joga esse pó todo para dentro das lojas. Quem trabalha hoje no comércio de Mário Campos respira isso o dia inteiro. Então, não dá mais para a gente continuar desse jeito aqui. Alguém precisa assumir essa conta. Não dá mais para a gente continuar desse jeito. Não é a primeira vez. Vou pontuar aqui: nós fizemos uma audiência pública sobre os impactos da mineração em 2023. Em 2023, foi a mesma coisa: "Não é meu, não é meu, e não é meu." O trânsito continua fluindo do mesmo jeito. A questão é: alguém está ganhando dinheiro, alguém está enriquecendo, enquanto Mário Campos está ficando sujo e a população, doente. Então, a primeira devolutiva dessa parte: a Prefeitura realizar esse mapeamento, nota por nota. Porque aí nós vamos identificar e vamos dizer: "Toma que o filho é teu." Porque do jeito que está, não dá mais, não. Não dá. Então, vou discordar dessa parte, porque eu sou moradora do Funil. Eu vejo diariamente a carreta, no caminho que eu faço todo dia de trajeto. Eu vou ao Funil todo dia, eu vou levar filho na escola, na Reta 2. E o que é mais engraçado, que é uma coisa que eu queria muito entender, e eu achamos que esse mapeamento também vai nos ajudar, carreta carregada de minério tanto para um lado quanto para o outro. Eu falo assim: esse povo está trocando

material? Eu vou te dar um de 15, você me dá um de 15? Porque não tem cabimento. Tem vídeos passando ali que eu vou apresentar, que tanto de um lado quanto para o outro, a carreta está sendo carregada. Eu não entendo. Eu falo que é assim: agora está passando umas pedrinhas vermelhas, meio avermelhadas, tem hora que está passando aquele minério, aquele pozinho preto de um lado, mas é o dia inteiro alguém passando de um lado, passando para o outro. De quem é esse filho? Passo a palavra para os meus colegas da mesa.

**Vereador Dr. Aleff Diego:** Senhor João Paulo, vocês sabem dizer quais são as transportadoras que fazem esse serviço para vocês?

**Sr. Samuel:** São várias transportadoras, são várias transportadoras que levam esse minério para o Terminal Serra Azul.

**Vereador Dr. Aleff Diego:** Samuel, te colocando essa pergunta: quando a gente — eu falo "a gente" porque nós somos eleitos — a gente detém uma caneta que traz muitas conseqüências, assim como o Ministério Público, que fez um concurso e está ali, brilhantemente, com o doutor Domingos, para atuar nessas causas. Quando você detém a caneta de contratante, você tem a obrigação de saber quem são essas empresas, de cobrar delas a responsabilidade, e, pelo que o João Paulo colocou, ele falou que isso aí não é obrigação dele. Então, a gente precisa discutir isso. É o que eu falei no início: nós não estamos aqui para jogar ninguém contra ninguém, mas a gente precisa trazer dados e discutir isso. Muito bem colocou o Pedro na explanação dele: a gente precisa fazer isso, é o diálogo para melhorar. Porque, por exemplo, hoje a Mineral do Brasil, o que ela faz para a gente? Ela molha a Três Irmãos, a Aleixo Campos, e, de toda madrugada, ela faz a lavagem da Ronaldo Flausino. Além do TAC, que ela faz o tapa-buracos da Três Irmãos e da Aleixo Campos. Correto, doutora Patrícia? Com a Prefeitura, isso. E eles têm essa contrapartida. Então, o que a gente pode alinhar de contrapartida dessas outras empresas para com o município? Porque, por exemplo, a Governador Magalhães Pinto não é molhada em tempo nenhum. E aí, como as pessoas não conhecem o nome das outras mineradoras, o que elas ficam falando? "A culpa é da Mineral do Brasil." A gente só escuta isso, porque a maioria da população não entende que existem várias mineradoras, que existe esse tráfego por várias empresas diversas que fazem esse tráfego no município. A vereadora Sammantta colocou — a prefeita até falou que vai colocar aqui também — que vai fazer esse acompanhamento para a gente entender. Porque, como a vereadora colocou: a culpa não é de ninguém? Então, é de quem? É do município? É dos moradores? Porque os moradores não têm culpa disso, eles estão pagando um preço muito alto. Então, eu acho assim: a caneta é de vocês, vocês pagam por isso, então vocês têm o direito de exigir isso — tanto das transportadoras quanto saber de onde está vindo esse tráfego. Por exemplo, nos caminhões deve ter câmera. Então, se começar uma fiscalização da empresa mais acirrada também, você consegue ver se eles estão fazendo esse desvio de tráfego. Isso é importante nesse diálogo. Volto a dizer: não é jogando ninguém contra ninguém, mas é fiscalizar, porque se você paga, quem é o patrão tem o direito de cobrar. É a mesma coisa da população: eles pagam o nosso salário. Nós estamos aqui recebendo por eles. Nós fomos eleitos por eles. Então, eles cobram de nós. E nós estamos fazendo isso através do nosso mandato com vocês. Nós precisamos entender quais serão os caminhos que vão ser traçados a partir de hoje para melhorar isso. Porque não dá para fazer uma audiência em 2023, fazer uma audiência em 2025, uma audiência em 2027 e ficar no mesmo caminho, não sair do lugar. Se for para isso, é a gente fazer papel de bobo e andar em roda. Então, a gente precisa sair daqui com alternativas. Qual vai ser o diálogo de vocês hoje para a gente traçar, a médio, longo e curto prazo, uma solução para melhorar esse tráfego de carreta no município?

**Sr. Samuel:** Só fazer uma explicação com relação à fala. Nós, do Terminal Serra Azul, não somos contratantes de frete rodoviário para o transporte do minério. Somos um terminal que recebe e armazena o minério. Nossa rota, dos principais mineradores, não passa por Mário Campos. Nós temos um Termo de Ajuste de Conduta com São Joaquim de Bicas. Em acordo com São Joaquim de Bicas, fazemos a limpeza da SJB 015 por entender que essa rota é de nossa responsabilidade.

**Vereador Dr. Aleff Diego:** Samuel, não subestimando a inteligência, eu entendi o que você falou. E eu também falei com você claramente que essa rota é feita de forma errada por essas carretas que vocês contratam indiretamente. Porque, se vocês fornecem o serviço, vocês têm poder de decisão sobre elas. Agora, o Termo de Ajustamento de Conduta, se eles continuam lá com dívidas, não impacta. À impactos sim porque a carreta passa dentro da Governadora Magalhães Pinto, então impacta sim.

**Sr. Samuel:** Novamente, nós não contratamos o transporte para o Terminal Serra Azul. O transporte é contratado pelas mineradoras que levam esse minério até o Terminal Serra Azul.

**Vereador Dr. Alef Diego:** E vocês não têm contato com essas mineradoras? É isso que é a pergunta, então.

**Sr. Samuel:** Temos contato.

**Vereador Dr. Alef Diego:** Então, você respondeu à minha pergunta. Há possibilidade de vocês fazerem um diálogo com essas mineradoras para que isso seja resolvido?

**Sr. Samuel:** Sim, esse diálogo, como o doutor João Paulo sinalizou na primeira fala dele aqui na bancada, nós já entramos em contato com todas elas. Quando que foi? Foi em 2000 e...? que fomos chamados a esta Câmara, fizemos a comunicação, fizemos a instalação das placas — trouxe até aqui a evidência para vocês — na saída do terminal, antes da Ponte dos Caminhoneiros, onde toda carreta que sai do Terminal Serra Azul recebe a informação sobre o decreto. Então, se alguma carreta que sai do Terminal Serra Azul está fazendo uso da circulação do tráfego em Mário Campos, está descumprindo o decreto. Ela está descumprindo.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Só um minutinho. Senhor Jota Costa, na oportunidade da audiência de 2023, o senhor estava como gerente do trânsito na gestão passada. O senhor esteve nesta casa, inclusive o senhor apresentou, à época, documentos de uma blitz educativa que a prefeitura realizou, contendo, inclusive, placas dessas carretas e tudo. Foi feita a conferência. Me recordo aqui... Pastor Marquinhos, em uma delas, você vai lembrar que nós estávamos presentes. Foi uma blitz que foi feita em frente ao posto de gasolina da reta. O Reinaldo também, à época, estava presente. Foram abordados os carreteiros e feita essa conferência de nota fiscal — de onde que eles carregaram, onde que eles estavam indo descarregar — e foi feita uma pasta de documentos sobre isso, que foi entregue na audiência de 2023. Que bom que o senhor está aqui de novo, pois eu gostaria que o senhor me dissesse quais foram as rotas que o senhor identificou naquele dia e trouxesse isso. Lembrando que isso está presente na ata da audiência pública de 2023, disponibilizada no site da Câmara Municipal de Mário Campos. E eu queria que o senhor fizesse agora para mim novamente essa explicação.

**Sr. Jorge Costa (Jota):** Na época, o prefeito tinha determinado para a gente fazer essas blitz educativas, para verificar de onde essas carretas vinham, para onde elas estavam indo. E os vereadores da época, que a maioria está aqui, participaram dessas blitz. Nessa blitz que a vereadora Sammantta está comentando aí, me parece que até tenho esses documentos lá em casa. E o que acontece? Realmente, elas estavam vindo do Terminal Serra Azul. E eu tenho os documentos. Posso até, talvez, não encontrar todos, mas eu tenho. E me parece que esse documento, além de eu ter enviado para a Câmara, eu devo encontrar na Prefeitura também. Então, a gente abordava os caminhoneiros juntamente com a Polícia Militar. A Polícia Militar apoiou a gente em todas essas blitz, juntamente com os vereadores, e a gente indagava esses caminhoneiros. E a maioria deles — é por isso que eu disse para vocês — falava para mim que passavam por aqui porque aqui é plano. Lá dá desgaste de pneu, desgaste de motor; na subida desgasta motor, combustível; na descida também gasta pneu. Quer dizer, eu não sou caminhoneiro, não. O Fred é caminhoneiro, deve entender mais disso aí do que eu. Então, é o seguinte: era essa a alegação. Mas eles vinham, sim, do Terminal Serra Azul e iam para várias cidades por aqui. Inclusive, até estranhava, porque até de Itatiaiuçu, que era melhor eles pegarem por lá, eles pegavam por aqui, porque era plano e saíam no 155. Todos foram abordados, foram pegadas as placas, inclusive o nome dos caminhoneiros. Basta eu procurar bem esse documento que eu vou encontrar.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Muito obrigada, senhor Jota. Algum componente da mesa tem algo a complementar?

**Vereador Pastor Marquinhos:** Eu quero. O que acontece, senhor Samuel, doutor João Paulo: essas carretas, digamos que elas estão fazendo a rota proposta, que é vir lá pela Ponte do Caminhão, ir lá para São Joaquim de Bicas e descarregar. Mas, depois que elas descarregam, por onde que elas vão embora? Vocês têm esses dados?

**Sr. Samuel:** Sim, pela mesma rota que vieram: por São Joaquim de Bicas, retornando na 381, voltando para Itatiaiuçu.

**Vereador Pastor Marquinhos:** E no caso dos caminhoneiros que foram abordados na blitz e disseram que estavam vindo de lá? A gente tem um documento que comprova.

**Sr. Samuel:** Sim, gostaríamos de ter acesso a esses documentos para justamente fazer a atuação, se for o caso.

**Vereador Pastor Marquinhos:** E nesse caso, igual foi falado aqui, que a prefeitura vai também fazer esse levantamento, haverá sanções para as empresas, inclusive no sentido de pedir que não façam mais a rota, como o próprio Pedro já fez aqui. Pedro já rescindiu o contrato para não passar carreta em Mário Campos. Então, assim, é o que nós precisamos. Nós não precisamos que ninguém se esquive das suas responsabilidades. Até porque nós queremos entender melhor quais são as empresas, de fato, que estão levando, passando minério por Mário Campos — que estão indo e que estão voltando vazias. Porque, realmente, essas carretas, além dessas partículas, vêm trazendo uma série de outros problemas. E eu acho que todos os envolvidos precisam assumir a sua parcela de responsabilidade. Importante se orientar que essa comissão e essa audiência pública não estão aqui para tentar acabar com o emprego de ninguém, igual já tem algumas pessoas comentando aqui na internet. O nosso intuito não é esse. O nosso intuito é buscar solução para que a situação em que nós estamos vivendo hoje, que já está se tornando insustentável, a gente possa sanar de vez. Porque, se tem uma outra rota, se tem a possibilidade de passar por um outro caminho, então, eu acho que nós precisamos preservar a cidade desse impacto que a gente está sofrendo hoje, que realmente está muito difícil. Então, a gente gostaria de fazer esse levantamento, levar até vocês, e gostaríamos que a empresa tomasse algumas iniciativas a partir do momento que a gente apresente essas provas para vocês.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Isso que o Pastor Marquinhos falou, que é muito importante a gente frisar: essa audiência pública não é sobre ser contra a mineração. Ela não é sobre ser contra trabalhador. Ela é sobre direitos. Ela é sobre saber quem é que vai nos ajudar a limpar a cidade. Porque, no momento, a gente tem uma cidade suja que só o Executivo não consegue, gente. Isso é fato. E isso não é um pedido fora da caixinha, não. Isso está previsto na lei. Quando uma licença ambiental é emitida, é necessário ter contrapartidas. Então, nós não estamos exigindo aqui nada para prejudicar a mineração, porque quando se abre uma mineradora, quando se abre um terminal, todo mundo está sabendo o que tem que fazer com relação a cuidar do meio ambiente. Todo mundo está sabendo o que é que tem que fazer, qual o impacto que a cidade sofre. É para isso que é feito aquele estudo de impacto ambiental, o EIA-RIMA, é para isso. É para saber o que é que está prejudicando. Então, o que nós estamos pedindo, o que nós estamos cobrando aqui é um fato: a cidade de Mário Campos está suja e nós não conseguimos limpar ela sozinhos. Alguém tem que nos ajudar nisso, porque o minério continua indo de um lado para o outro e continua sendo derrubado na nossa porta, está entrando dentro das nossas casas, dentro das nossas lojas, dentro do pulmão da gente. Alguém tem que pagar essa conta. Então, é sobre isso. Não é sobre ser contra a mineração, não é sobre ser contra o emprego de ninguém. É sobre o direito dos nossos munícipes, é sobre o direito dos nossos comerciantes, é sobre qualidade de vida das pessoas da nossa cidade. Então, que isso fique bem claro. E peço a vocês: se escutarem na rua que a audiência pública foi feita contra a mineração, façam esse esclarecimento, porque essa audiência pública é para lutar pelo direito de vocês, pelo direito dos moradores e comerciantes da nossa cidade. Não é sobre ser contra nada, não. É sobre ajudar a termos uma cidade melhor para todo mundo. É sobre isso. Eu gostaria de passar a palavra para a senhora Patrícia também, para que fizesse as explanações sobre a Mineral do Brasil, mediante o que foi falado, inclusive que nos dissesse qual é a rota que hoje a Mineral do Brasil usa para escoamento dentro da cidade. Lembrando que hoje, em nível de licenciamento ambiental, a Mineral do Brasil é a única empresa licenciada para exploração mineral dentro do município. Então, assim, é a única que, de fato, contribui dentro da lei para o nosso município. Então, eu gostaria de passar a palavra para a Patrícia.

**Prefeita Andresa:** Antes da fala da doutora Patrícia, vereadora, eu gostaria de fazer duas colocações. Primeiro, parabenizar o Pedro pela iniciativa. Porque, de fato rescindir contrato com quem descumpra as regras que estão lá, conforme foi nos apresentado aqui. Para o senhor Samuel, se a empresa descumpra, ela tem o contrato rescindido; amanhã ela não vai mais descumprir. É o que nós vamos fazer com a municipalização do trânsito. E, conforme a vereadora falou, ninguém aqui quer tirar o emprego de ninguém, não. Muito pelo contrário. Nós precisamos de emprego, nós precisamos de geração de renda, mas nós precisamos manter a saúde e a vida, porque sem essa, de nada vai adiantar. É a população maricampense está adoecendo, Samuel. De verdade. Nós estamos assim, no pronto-socorro com a pulseira vermelha. A situação aqui está crítica. Nós temos aqui as pessoas, as donas de casa, que limpam suas casas e, no outro dia pela manhã, escrevem na mesa assim: “Socorro!”, e nos enviam. E dizem: “Olha o resultado pela madrugada do número de carretas que transitaram.” E agora eu vou dizer da Governadora Magalhães Pinto, mas vou dizer aqui também da MG-040. Porque, conforme colocou a vereadora Sammantta, a Mineral tem a declaração de conformidade, ela tem aqui um termo de compromisso com a Prefeitura, termo esse que nós estamos em constante diálogo para aprimorar, para fazer cumprir. Mas nós temos também os caminhões, as carretas, que utilizam essa via e que não têm licenciamento, e que passam por aqui, que é um outro mapeamento que nós vamos fazer também.

Porque, se vai vir daqui, virá dos dois lugares. Porque quais são as carretas que fazem esse transporte de minério hoje, que saem da Mineral? Então, desse, nós temos o termo de compromisso. E as demais? Porque nós temos que conversar com todo mundo. O que não dá mais é para ficar com o ônus: a população maricampense e a Prefeitura Municipal. Isso não dá mais para a gente seguir. E a Prefeitura tomará todas as medidas cabíveis para, de fato, respaldar a população.

**Dra. Patrícia:** Boa noite a todos. Eu vou cumprimentar a mesa, todos os vereadores, no nome da vereadora Sammantta, que nos passou o convite, a prefeita aqui presente, o doutor Domingos, com quem a gente já teve algumas tratativas, e a todos os presentes. Eu fico muito feliz, sinceramente, de estar participando hoje, de ter a oportunidade de falar e esclarecer, principalmente, a nossa rota, a nossa atividade no município de Mário Campos. Eu peço licença até para falar, só um pouquinho antes de entrar nisso, que, antes da Mineral do Brasil, eu tenho um carinho muito especial por Mário Campos. E falo que me sinto município aqui de Mário Campos, e trouxe esse carinho para dentro da Mineral também. Eu já estive aqui em Mário Campos enquanto procuradora-geral do município, há bons anos atrás, saí em 2018, fui para outro município, e agora, estando na Mineral do Brasil, tive a oportunidade de retornar, mesmo que indiretamente, para o município de Mário Campos. Eu tenho muito carinho, muito respeito, e a Mineral do Brasil também abraça esse carinho e esse respeito com o município. E hoje eu fico muito feliz de estar aqui para falar isso, porque a gente assume as nossas responsabilidades com muita tranquilidade. A gente tem responsabilidade com o município, a gente sim gera impacto no município de Mário Campos, a gente tem ciência e consciência disso, temos muito a melhorar, mas a gente vem sempre aqui na mesma tecla, conversando com os vereadores, conversando com os prefeitos, não só com a Andresa, mas também com prefeitos de gestões anteriores. Sempre que chamado, nós atendemos todos os convites e todos os chamados. E todas as vezes que a gente senta para conversar, a gente fala a mesma coisa: a gente quer fazer, a gente quer atuar, a gente já faz, e vou falar o que a gente faz hoje. Mas também não é justo só a Mineral do Brasil fazer. Porque eu sou disponível, porque eu atendo o telefone, porque a Mineral do Brasil está com essa disponibilidade para atender a todos os municípios, e ela vai ficar com toda a conta? Também não é justo. Porque a gente acaba pagando conta de outros, que são esses que a gente está ouvindo aqui, que nem licença tem e passa pelas vias de Mário Campos. Primeiro esclarecimento: a Avenida Governadora Magalhães Pinto, que hoje foi muito discutida aqui, a Mineral do Brasil não trafega por ela. Nós somos clientes dos dois terminais. Temos contratos com ambos os terminais, mas, quando precisamos usar o terminal Brumadinho, não passamos pela via Mário Campos. Passamos por Brumadinho. A gente passa por trás, lá onde a gente fala que é a entrada do Parque das Cachoeiras, sai lá no letreiro da entrada da cidade de Brumadinho, que não trafega também pelo centro da cidade, retorna até a ponte do caminhoneiro e entra para o terminal. Então, para este terminal, nós não trafegamos aqui. Então, na rota Governadora Magalhães Pinto, nenhuma carreta que passa ali é da Mineral do Brasil. Hoje, dentro do município de Mário Campos, onde a gente passa, qual é a nossa rota? Quando vamos para o Terminal Sarzedo. Aí, sim, somos clientes aqui do Pedro, e aí sim, a gente desce Três Irmãos, Aleixo Campos, aí viramos à esquerda, sentido MG, descemos a Ronaldo Flausino, passamos ali o Campo Verde e chegamos ao terminal. Essa é a nossa rota dentro do município de Mário Campos. E o que a gente faz, hoje temos um termo de compromisso, ele foi assinado em 2020, está vigente, está em cumprimento. A responsabilidade da limpeza e manutenção da via Três Irmãos e Aleixo Campos é nossa. Então, hoje a gente faz a limpeza com pipa, ela é feita diariamente. O horário foi acordado com a gestão pública, ouvindo inclusive os municípios da região, que pediram que isso fosse feito no final do dia. “Ah, já suja o dia inteiro, então vamos fazer essa limpeza no final do dia”, porque ela vai amenizar esse impacto quando a pessoa está chegando em casa do trabalho. Então, ela é feita no final da tarde. Final de semana, nós não temos carregamento aos domingos. Aos sábados é muito esporádico e, quando tem, é um quantitativo bem menor. Além dessa limpeza, que é dessas duas vias que estão no termo de compromisso, nós fazemos também uma aqui na parte central, mais ou menos um quilômetro, todos os dias, uma hora da madrugada, tem o pipa aqui, pela Ronaldo Flausino, que nós fazemos também essa limpeza, tentando diminuir um pouco o impacto nos comerciantes aqui da área central, que esse percurso nós fazemos. Lá nessa área também, da Três Irmãos e da Aleixo Campos, fazemos a limpeza das galerias, o serviço da capina — esse que, inclusive, apareceu aqui no vídeo apresentado — realmente eram os nossos funcionários trabalhando. Fazemos esse serviço, ele é rotineiro, tem uma inspeção mensal, mas nós trabalhamos também por demanda. Então, praticamente todos os dias tem gente na rua. E, quando recebemos as demandas, principalmente vindas dos próprios vereadores e do representante do deputado de Obras e Meio Ambiente, que acaba recebendo muita demanda e nos repassa, nós também cumprimos isso sem calendário específico, atendendo a essas demandas. E a operação tapa-buraco, vereadora Sammantta, eu vou te pedir para fazer uma solicitação em audiência pública: eu senti falta da presença da Copasa. Nós temos um problema muito grande para cumprir esse tópico do nosso acordo, porque nós fazemos a operação tapa-buraco. Só que a Copasa fura a Três Irmãos e a Aleixo Campos todos os dias. Todos os dias a Copasa vai lá e faz um buraco. E aí os vereadores que moram na região podem até falar com mais propriedade do que eu. Todos os dias tem um buraco. E o que a Copasa faz? Ela não tapa esse buraco adequadamente. Ela vai lá e joga uma terra. A terra que joga ali em cima daquele buraco, qualquer água — a própria ausência da drenagem que

vem da água das casas, a própria água da chuva que vem ali — entra nesse buraco e ainda arranca o asfalto que está ali nas imediações. Então, se a gente for fazer operação tapa-buraco para efetivamente ficar maravilhoso, nós vamos trabalhar para a Copasa, nós vamos trabalhar ali todos os dias, eu vou ter que ter um caminhão tapa-buraco para ficar lá. Então, assim, nós cumprimos. Hoje a gente faz a operação tapa-buraco, tem o calendário que é disponibilizado, mas a gente tem essas operações, elas mensalmente passam por essa inspeção e, naqueles pontos que precisam, a gente faz a operação. Quando a gente também recebe demandas, que a situação está pior, foi um período chuvoso e estamos com algum problema específico, a gente recebe essa demanda, a gente vai lá e atende sem problema nenhum. Só que a gente realmente enfrenta esse problema de fazer tudo a contento, por causa dessa intervenção da Copasa. Então, acho que é interessante trazê-la também para a mesa. Nós nunca tivemos o privilégio de tê-la nessas discussões em nenhuma das oportunidades. A gente sempre chega nesse ponto e ela nunca está presente. Nós já tivemos algumas oportunidades de notificar, mas também nunca tivemos resposta. Então, hoje, o nosso trabalho relativo à limpeza e manutenção é esse. Assumimos a responsabilidade da Três Irmãos e Aleixo Campos, e também fazemos esse da madrugada aqui na Ronaldo Flausino. Mas nós estamos à disposição, e eu queria deixar aqui, realmente, a Mineral do Brasil mais uma vez de portas abertas para essas negociações quanto a um compromisso conjunto, principalmente para estender esses serviços às outras vias. Nós sabemos da nossa responsabilidade, queremos assumir essa responsabilidade, só pedimos para não assumir sozinhos. Porque achamos também que não é justo a gente assumir essa responsabilidade por outras empresas. Mas, quando precisarem dialogar, quando tiver todo mundo na mesa, para dividir a conta, podem ter certeza que a Mineral do Brasil está à disposição para isso.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Patrícia, eu agradeço a sua explanação. Eu gostaria de convidar o morador Fred Flausino para o uso da tribuna.

**Prefeita Andresa:** Seria possível fazer só uma pergunta para a doutora Patrícia? Pode. Eu gostaria de saber quantos caminhões saem da Mineral, qual o número de caminhões e quais são as transportadoras, para que a gente consiga identificar aqui no levantamento que fizemos?

**Dra. Patrícia:** Vamos lá. Quanto às transportadoras, eu vou responder sem precisão. Por quê? Assim como o terminal fez a resposta dos contratos, na mineração, nós também temos esse problema, no seguinte sentido: eu tenho alguns contratos de venda em que o meu comprador é que assume a responsabilidade do frete do transporte. Nem todo o material que eu vendo, o transporte é meu. Ele também pode ser negociado, e aí é uma negociação contratual, nessa parte comercial. Mas eu tenho também vários compradores que são mais rotineiros, e aí eu tenho um transporte meu responsabilidade da Mineral, que aí esse contrato vem para a gente. Hoje, eu tenho um único transportador contratado, que é a Jomar Transportes. E todos os veículos... Mas ela não é, também, uma transportadora exclusiva da Mineral. Então, quando está a serviço da Mineral, tem a identificação dos caminhões. Todas as vezes que tiver com material da Mineral do Brasil, vocês vão ver a plaquinha "Mineral do Brasil" nesse caminhão. Jomar. Isso. Todas as vezes. O cuidado que a gente tem é esse: quando é material da Mineral, tem a identificação "Mineral do Brasil". E aí, este contrato é nosso. Nós temos um contrato com a Jomar para essa prestação de serviço. Isso também varia muito. Por quê? Depende da nossa parte comercial. Eu tenho períodos em que o fluxo é maior, eu tenho períodos que são menores, e eu tenho períodos em que eu não passo em Mário Campos — eu vou só para Brumadinho. Eu tenho períodos em que eu passo só em Mário Campos e não vou... Tem outros em que eu divido. Mas, quando eu tenho uma média de transporte rotineiro em Mário Campos — eu fiz essa pergunta hoje para trazer o número — é uma média de 1.500 toneladas/dia. O que é isso em carretas? Se cada uma carrega uma média de 27 toneladas, nós vamos falar de umas 55 carretas, 56 carretas, passando aqui pelo município, responsabilidade da Mineral do Brasil, pensando nessa logística de um transporte rotineiro para o terminal Sarzedo.

**Sr. Jorge Costa:** Quando a Jomar... quando a Jomar pega de vocês esse minério, vocês também comunicam com eles que eles não podem passar na Governador Magalhães Pinto?

**Dra. Patrícia:** A Mineral do Brasil tem o comunicado, e a Mineral do Brasil tem um decreto. O município permitiu o tráfego só naquele percurso. Então, existe um decreto — que foi exatamente o que originou esse termo de compromisso, por isso o termo de compromisso com a Mineral — que permite à Mineral do Brasil trafegar pela Três Irmãos, Aleixo Campos e a MG. Mas as proibições — de que tem que estar com tela, que tem que estar limpo, que tem que estar dentro da pesagem, porque tem que ter o ticket — isso, ela é informada. E qualquer descumprimento, além das penalidades que elas vão receber pelas autoridades competentes, nós podemos também penalizar via contrato.

**Sr. Jorge Costa:** Ok. Eu estou dizendo o seguinte: dela passar nesse trajeto, está ok. Estou dizendo na Governador Magalhães Pinto. Por quê? A gente que fiscaliza esse tipo de transporte, essas carretas, a gente também tem reparado que essa Jomar passa muito ali na Governador Magalhães Pinto.

**Dra. Patrícia:** Mas aí, então, eu vou só te responder o seguinte: já não é para um transporte da Mineral. Aí, realmente, deve ser um transporte para outro serviço que ela foi contratada, para outro contratante. Para a Mineral do Brasil, ela não passa na Governador Magalhães Pinto, porque não tem esse trajeto, realmente, do nosso material. Ou o nosso material vai para o terminal de Sarzedo, e aí é esse transporte — Três Irmãos, Aleixo Campos, MG até lá — ou, quando ela vai para o terminal Brumadinho, ela vai por Brumadinho. Aí não passa por aqui, ela dá a volta lá pelo letreiro de Brumadinho até a Ponte do Caminhoneiro, então não passa por Mário Campos. Se existe o trânsito de carretas Jomar nessa via, não é minério da Mineral do Brasil, seria um outro contratante. Aí ela teria que ser chamada para poder esclarecer isso e apresentar esses contratos.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Eu estendo esta audiência pública por 30 minutos para as deliberações finais. Tem pergunta para a Mineral? Fred, aguarde só um minuto, pode? É que o Fred não é sobre a Mineral. Daniela, só responder um negócio para a doutora Patrícia. Nós não chamamos a COPASA nesse momento porque nós já temos uma audiência pública agendada com a COPASA para setembro, inclusive agendada com o Ministério Público para setembro, para a gente tratar dos serviços prestados pela COPASA, e aí a gente traz essa pauta e convida a Mineral do Brasil para participar no dia, está bom?

**Vereadora Daniela:** Bom, eu vejo que esse horário em que acontece a limpeza com água é inviável para a população. Por quê? É um horário em que todos estão deixando o emprego, e muitos pegam o ônibus que vai até Brumadinho e sobem a pé até o bairro Tangará. E o que acontece? Eles estão lavando a via nesse momento, os carros passam, jogam barro nos moradores, e as pessoas passam por situações calamitosa, gente, é triste de ver. Porque quando eu vejo um pedestre vindo, eu vou vagorosamente. Eu moro na região, eu moro no quarteirão da Três Irmãos, e a gente fica com pena das pessoas. E eu gostaria, prefeita, que se pudesse acrescentar nesse termo de compromisso um diálogo, às vezes, para a limpeza da Francisca Geraldo Damasceno, da Joaquim da Silva, pelo menos parte dela, da rua Joaquim Luiz da Silva. Porque a gente vê que o minério vai até essas esquinas e deixa a situação calamitosa para os moradores. Porque o minério depois não tem quem o retire. A prefeitura faz a varrição, faz a limpeza das folhas, mas as meninas da limpeza urbana não conseguem retirar o minério que fica lá. E ele vai ficando, vai permanecendo, vai permanecendo. Então, assim, eu gostaria, doutora, inclusive — já foi pauta de ofício do nosso mandato também — que fosse revisto isso. Porque essa varrição nessas áreas, no Posto Amarelo, é importante, é necessária também, porque são áreas que são prejudicadas. A lavagem dos passeios é essencial. Acontece a varrição, mas não acontece a lavagem com água. Estava acontecendo aos sábados ou, às vezes, no período da tarde, mas os passeios não têm sido lavados. E a gente se preocupa, porque o minério vai se acumulando, os meninos vão lavar, mas, mesmo assim, a poeira vai ficando. E a água é essencial para essas áreas. Outro ponto que eu gostaria de falar mesmo é a questão dessa viabilidade do horário da lavagem da rua. Porque poderia ser como acontece aqui na Ronaldo Flausino — poderia acontecer no período da manhã, horário de 5 da manhã —, porque aí não ficaria tanta poeira durante o dia. E isso acontecendo à noite, infelizmente, nós ficamos com a poeira durante o dia. Não fica tão limpo como se fosse limpo na parte da manhã, no período da manhã. Muito obrigada, doutora.

**Dra. Patrícia:** Posso só responder? A questão do horário, sem problema nenhum. Esse horário foi estipulado pela Prefeitura. Então, caso seja uma queixa e a gente realmente precise alterar, para nós não faz diferença. Eu só pontuo a questão prática. Não sei, acho que tem que ser levada a debate. O seguinte: se a gente fizer a limpeza às 5 da manhã, provavelmente vai ser mais barro, porque não dá tempo de secar o que foi lavado. O Fred vai ter mais propriedade para falar isso do que eu. Se eu estiver falando bobagem, você me corrija, Fred. Do que se eu fizer ela, então, talvez mais tarde. Não faço no final da tarde, mas faço à noite, porque aí você tem a madrugada para secar. Porque se eu faço às 5 horas da manhã, estou pensando em um período — principalmente não tem sol aqui na nossa região —, 6, 7 horas da manhã para secar essa água. Então, a possibilidade de isso virar um barro e piorar para um dia inteiro pode ser maior. Mas quanto à mudança do horário, nós estamos à disposição. É só nos comunicar, e aí a gente faz essa alteração, faz a ampliação. Isso aí não tem problema nenhum.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Fred.

**Sr. Fred Flausino:** Em relação à questão do fluxo de trânsito, também já fiz parte de comissões anteriores, também já participei de vários estudos. É muito clara a questão do gargalo que nós temos aqui no município. Como a Doutora Patrícia citou, como o Pedro citou, o terminal de Sarzedo e a Mineral não

se eximem da responsabilidade, eles sabem que há um impacto, mas há um diálogo. O que está acontecendo? O diálogo não tem por parte de mineradoras que vêm de Brumadinho e em relação a caminhões que passam para o terminal Serra Azul. Inclusive, isso que nós estamos falando aqui de fazer o estudo é desnecessário. Dentro do terminal, eu já estive lá na sala, na época do responsável, que era o Vitor. Existem pelo menos uns 20 monitores na sala onde ele ficava, ao qual ele tem acesso a todas as câmeras dentro do terminal, ao qual ele sabe um por um de onde cada caminhão chega. Se chega de São Joaquim de Bicas, se chega de Mário Campos. Ele só tem um encontro de fluxo porque, quando entra pela Ponte do Caminhoneiro, ele não consegue saber se veio de Brumadinho ou se veio de Mário Campos. Então, é só essa distinção que tem que fazer. Mas é muito claro: por Brumadinho, geralmente é feito por caminhão traçado, geralmente não é feito com carreta. Então, quando chega com carreta, automaticamente, a grande probabilidade é de que passe por Mário Campos. Então, isso é um fato. Na época, nós fizemos um levantamento: em torno de 15% a 20% desses caminhões passam por Mário Campos. E aí, quando vocês dizem que não são contratantes, ok, eu concordo. O contratante é a mineração, mas vocês são co-responsáveis. Existe outra situação. Isso pode ser feito como já fizemos no passado. A gente sabe que o terminal tem as suas questões de regras de EPI e várias coisas, o que, sem querer, está incentivando aquilo que está prejudicando Mário Campos. Por quê? Por que o caminhoneiro passa aqui sem lona? Vou explicar para vocês o porquê. Porque, dentro do terminal, em alguns pontos, ele sequer pode subir para deslona o caminhão. Dentro do terminal, o que já é um estímulo para que ele não ilone, e aí ele passe aqui sem lona. Para subir lá, ele tem que estar com todos os EPIs. Está aqui o Pedro, que tem essa regra dentro do terminal, e a gente sabe que isso funciona muito bem dentro do terminal de Sarzedo, que é um terminal muito criterioso com isso — sei por experiência própria. E isso incentiva o caminhoneiro. Ele não vai chegar lá, não vai colocar a botina de maneira adequada, não vai colocar capacete, protetor... Então, o que ele faz? Ele já passa aqui sem lona, porque lá dentro ele vai ter que colocar todo o EPI para fazer isso. Se ele não fizer, o terminal suspende a placa desse caminhão por um tempo — de 30, 60 dias ou aquilo que for. Então, essa sugestão eu faço para o terminal, faço para a Prefeitura: vamos identificar, vamos fazer blitz educativa, pega um contato do terminal, passa o e-mail com as placas das transportadoras que estão desobedecendo e, no mínimo, o terminal faz o compromisso com Mário Campos de suspender a transportadora e o caminhoneiro. Isso ele pode fazer. Por quê? Porque ele já tem essa prática dentro do terminal quando infringe as leis internas do terminal. E aí, o gargalo que está acontecendo, prefeita, é o seguinte: quando foi feita essa pactuação com o terminal Serra Azul, pela estrada de São Joaquim de Bicas, não existia a Ponte do Caminhoneiro. Então, não existia a possibilidade do caminhão passar por Mário Campos e cruzar o Rio Paraopeba. Então, essa pactuação está defasada. Porque hoje existe uma passagem por Mário Campos que atravessa a Ponte do Caminhoneiro, dando acesso para o terminal Serra Azul. Então, logo, ou o terminal Serra Azul mantém um diálogo com Mário Campos, com a Mineral e com o terminal de Sarzedo — tem — ou vamos ter que sentar e ver essa repactuação aí. Por quê? Porque nem tudo passa por São Joaquim de Bicas hoje. A Ponte do Caminhoneiro — eu fazia parte das gestões passadas, também sofremos esse impacto — nunca foi feito um estudo de impacto, e Mário Campos nunca foi ouvido em relação a isso. A Ponte do Caminhoneiro foi uma iniciativa de Brumadinho, em conjunto com o Governo do Estado, que não pensou nos municípios vizinhos. Inclusive, digo: sei até de onde vem o material que passa por aqui. Vem de Caeté, que vai para o terminal Serra Azul, que passa aqui. Já veio de Barão de Cocais. A própria Itaminas já mandou muito material, através até de caminhão traçado, passando por Mário Campos, que aí não faz sentido nenhum. Passar por São Joaquim de Bicas para ir para o terminal? Hoje não. Mas tem filmagem, tem tudo. Já foi passado várias vezes. E vamos lembrar uma outra situação, né, prefeita? Quando houve a questão da Vale, a Vale era o destino final, como é o terminal, e nem por isso deixou de ter as suas contrapartidas para com o município. Então, alguma história não bate. Porque, vamos dizer assim, que o local final não tem responsabilidade... porque a Vale, como local final de destino, a Vale também não era o transportador, mas estava indo para a Vale. A Vale não teve que doar pedras para fazer calçamento ao longo do município? Dentre outras coisas. Então, alguma coisa não bate. O que nós temos que ver é que, quando foi feita essa pactuação com São Joaquim de Bicas, era humanamente impossível se passar com caminhões por Mário Campos e acessar o terminal. E hoje não é. E aí, um estudo que nós fizemos também, prefeita: são dois quilômetros mais perto na ida e dois quilômetros mais perto na volta, passar por Mário Campos. Só que são dois quilômetros com índice de inclinação muito menor. Então, financeiramente, em termos de consumo e desgaste do equipamento, é viável passar por Mário Campos. Então, esses são os gargalos que nós temos que atacar. Ok? Desde já, agradeço.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Obrigada, Fred. Indago se há algum vereador que deseje fazer uso da palavra. Caso positivo, pode se dirigir à tribuna.

**Vereador Wilson Junior:** Gostaria de cumprimentar o Doutor Domingos, a prefeita Andresa, o amigo Dr. Aleff, vereadora Sammantta, o vereador Pastor Marquinhos, o Sr. Jota, os representantes da empresa presentes, bem como toda a população que nos acompanha e os demais vereadores aqui presentes. Inicialmente, serei breve. Parabênz a colega vereadora Sammantta pela proposição desta audiência

pública, de grande importância para o nosso município. O trânsito em Mário Campos tem se tornado cada vez mais caótico. Gostaria de reforçar para os representantes das empresas e para a população que esta audiência não tem o objetivo de prejudicar o trabalhador — muito pelo contrário. Nosso intuito é promover melhorias tanto para a população quanto para as empresas e prestadores de serviços. Este é um momento oportuno de diálogo, especialmente com uma gestão que está sempre aberta ao diálogo e à construção conjunta com a população. Já estamos sofrendo com diversos impactos, e não se trata apenas de trânsito — a saúde da população mariocampense também vem sendo severamente afetada. Ressalto que as empresas têm um grande potencial de colaborar com essas melhorias. Não é viável que o Executivo arque sozinho com todas as responsabilidades: trânsito, limpeza urbana, saúde... Devemos olhar para esse ponto. Parabenizo as empresas que já têm realizado contrapartidas — isso é essencial —, mas reforço que precisamos avançar mais: criar rotas alternativas, intensificar a limpeza urbana, assumir responsabilidades que já são cumpridas em outros municípios. Por que não aplicar isso também em Mário Campos? A responsabilidade solidária existe. Então, nos questionamos: será preciso aguardar a implantação do Mário Trans para iniciar autuações e fazer cumprir o que já está previsto em decretos? Mais uma vez, parabéns à vereadora Sammantta pela realização desta audiência, que trouxe muitos esclarecimentos. Tenho certeza de que a prefeita está empenhada em realizar todos os levantamentos necessários para promover melhorias efetivas. Coloco-me à disposição para somar nesse processo. Que todos possam olhar para Mário Campos com bons olhos. Muito obrigado.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Agradeço a palavra. Algum outro vereador presente deseja se manifestar? Reinaldo?

**Vereador Reinaldo:** Boa noite a todos. Primeiramente, parabenizo nossa colega vereadora Sammantta Bleme pela realização desta audiência pública, que trouxe importantes esclarecimentos. Também quero parabenizar a empresa Mineral do Brasil pelo excelente trabalho realizado na Rua Três Irmãos. Gostaria de manifestar, com todo respeito, uma discordância em relação à fala da vereadora Daniela. Eu passo por aquela região quase todos os dias e, na minha visão, o horário de lavagem e limpeza é adequado. Inclusive, ontem mesmo observei que os funcionários param a lavagem com mangueiras quando os veículos estão passando e retomam o serviço logo depois — o que demonstra cuidado e organização. Reconheço também o trabalho do Terminal Sarzedo, representado aqui pelo Pedro, sempre muito solícito, e que vem realizando um ótimo trabalho. Espero sinceramente que os demais terminais também se comprometam com a cidade de Mário Campos. Deixamos claro que nosso papel como vereadores não é prejudicar o trabalhador, nem as mineradoras, mas sim encontrar soluções. Gostei muito da fala do Fred, que contribuiu com novos entendimentos até mesmo para nós, vereadores. Acredito que, com o apoio do Doutor Domingos, da prefeita Andresa, do Sr. Jota e de todos os envolvidos, hoje podemos dar um passo significativo rumo à melhoria da cidade. Sabemos que essa não é a primeira audiência — já houve outra em 2023 —, mas percebo que hoje os discursos estão mais maduros e embasados. Precisamos, sim, de mudança. Todas as cidades vizinhas estão avançando. Por que Mário Campos não pode? Acredito que, com o envolvimento de todos aqui, conseguiremos promover mudanças reais. Muito obrigado a todos e uma boa noite.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Muito obrigada. Nós passaremos às considerações finais agora. Como eu disse há pouco, foi passado um formulário no comércio, por meio do qual obtivemos o número de 37 formulários preenchidos pelos comerciantes, e eu fiz um compilado dos apontamentos feitos por todos. Eu vou passar uma cópia aqui para a prefeita e uma cópia para o Ministério Público, para que eles tenham ciência do que foi apontado pelo comércio, fazendo valer aqui, então, a participação dos comerciantes de Mário Campos. Como foi dito, essa audiência pública é a segunda que trata sobre essa questão do impacto que nós temos com as carretas no município. Infelizmente, em 2023, nós chegamos ao final da audiência pública com o acordo de que o município de Mário Campos faria uma blitz educativa, realizaria fiscalização, implantaria a junta de trânsito no município, mas, infelizmente, nada foi feito. O trânsito, de lá para cá, só piorou dentro da nossa cidade. A sensação que nós tivemos, enquanto Legislativo, eu acho que foi assim: foram lá, fizeram a audiência, pô, mas não teve fiscalização, então virou festa, vamos passar, que está tudo certo. A famosa gíria dos adolescentes hoje: "não vai dar nada para mim". Só que nós não vamos aceitar mais isso. Nós estamos aqui — esta casa, tanto o Legislativo quanto o Executivo — nós estamos aqui, fomos eleitos com a bandeira de que teríamos uma cidade melhor. Então, a gente tem que fazer valer aquilo que nós prometemos, porque foi por isso que fomos eleitos. Eu acho que já chega, nós chegamos a um ponto em que não dá mais para aceitar as coisas como estão. Mário Campos hoje é vista como uma cidade suja, como uma cidade abandonada. Nós não estamos cuidando dos nossos moradores, dos nossos lojistas, e isso não pode mais continuar. Eu acho que, quando se fala, não é uma questão pessoal, mas, quando se diz que eu não tenho responsabilidade — tem, todo mundo tem — e dá para fazer. E um exemplo de que dá para fazer: quando é para falar mal, a gente fala, quando é para criticar, a gente critica, mas a gente elogia também, como a postura do Terminal de Cargas de Sarzedo.. O terminal de cargas de Sarzedo já apresentou a esta casa Legislativa

ações que eles tomaram lá, e não é só em prol de Mário Campos, é em prol do meio ambiente, porque essas deliberações que nós estamos buscando não são só em prol de Mário Campos, para Mário Campos em si. Não, elas não contribuem só com Mário Campos, contribuem com o meio ambiente em geral. É para todo mundo. Reduz impacto na saúde, reduz tudo. Então, assim, são pequenas ações, mas elas já fazem grande diferença aqui. E o que a gente quer é o seguinte: o terminal de Serra Azul está lá em Brumadinho. Se as carretas forem continuar nesse fluxo — porque nós esperamos, sinceramente, que o que foi dito aqui, de que vocês não passam por dentro de Mário Campos — eu espero, realmente, que não passem, sabe. Porque, assim, a questão é: se vai passar, então contribua com a gente, porque não dá mais para ficar do jeito que está. Agora, existe um fluxo que já passou. Existe um fluxo que já deixou o minério nas nossas ruas. Existe uma sujeira impregnada dentro de Mário Campos. E alguém precisa nos ajudar. Nós precisamos firmar um TAC, um termo de compromisso, daqui para frente, caminhar após o levantamento para alguns ajustamentos de conduta, mas nós também precisamos de quem faça agora. Nós precisamos de quem resolva a situação agora. O município de Mário Campos não pode pegar trabalhador — e vamos pontuar aqui — nós estamos falando de trabalhadores da limpeza, que, na maioria das vezes, já são pessoas que estão quase se aposentando dentro da prefeitura, são funcionários efetivos lá do primeiro concurso.

Então, quando você pega — vou falar assim — o senhor, que é um senhor na nossa cultura... Quando a gente pega um senhor para bater pá de minério, para colocar dentro de um carrinho, ele já sofre um impacto, e nós estamos prejudicando o nosso trabalhador. Sem contar que nós estamos tirando um servidor que poderia estar limpando uma calçada, poderia estar fazendo uma capina, e ele está catando minério que não fomos nós que produzimos, que não fomos nós que derramamos. Então, a gente precisa de algo efetivo para agora. Eu confio na deliberação que nós tiramos aqui, de que a Prefeitura vai fazer esse mapeamento dessas carretas. Desta vez, isso vai virar uma realidade no nosso município. E nós vamos voltar a sentar para debater o futuro de Mário Campos. Deliberar quem vai ajudar, quem vai somar forças para que a gente tenha uma cidade limpa, para que a gente tenha pessoas com qualidade de vida dentro da nossa cidade. Antes de a gente passar para as considerações finais de todo mundo aqui, as suas próprias proposições finais, nós tiramos daqui hoje dois requerimentos. O primeiro requerimento é solicitando informações à MRS. E aí, no caso, vou até tirar uma dúvida com o promotor: quem cuida dessa concessão em nível federal para as ferrovias é ANTT? DENIT? Então, nós vamos tirar daqui um requerimento em que vamos solicitar ao DENIT e à MRS informações sobre os detalhes. É qual? ANTT? Então, nós vamos incluir ela também. Então, vamos tirar aqui um requerimento que será encaminhado para a MRS, para o DENIT e para ANTT, solicitando informações sobre os detalhes da concessão de uso da linha férrea, incluindo o caderno de obrigações, para que o município saiba o que é obrigação da MRS dentro do nosso município, para que a gente possa exercer esse papel fiscalizador, porque não dá para acompanhar se a gente não souber qual é a obrigação deles. O segundo requerimento será encaminhado às mineradoras presentes, à Mineral do Brasil, ao TSA e ao TCS: quais mineradoras escoam o material pelos terminais e para onde a Mineral do Brasil encaminha o seu minério. A lista dos materiais que vão para o terminal, quais materiais vocês recebem e de quem vocês recebem e, no caso da Mineral do Brasil, por onde vocês escoam e com quem vocês escoam. Porque a gente quer isso documentado em um papel, para que, na hora que a gente for fazer o mapeamento, a gente tenha um documento oficial para fazer a comparação dos dados. Então, vocês vão receber, nós vamos formalizar isso tudo certinho, vocês vão receber nos próximos dias. Coloco os requerimentos em votação; se alguém for contra, que se manifeste, por favor, dos vereadores presentes na mesa. Os dois requerimentos estão aprovados e serão deliberados nos próximos dias. Vou passar a palavra agora para os meus colegas parlamentares para fazer todas as considerações, as ponderações de toda a audiência pública, para a gente caminhar para o final. Começo com o pastor Marquinhos.

**Vereador Pastor Marquinhos:** Quero agradecer a presença dos valentes, dos guerreiros que ficaram até agora. A audiência realmente se estendeu, mas eu acredito que foi muito produtiva. E eu tenho a expectativa de que nós vamos colher bons frutos através dessa audiência. Agradeço mais uma vez a presença do promotor, o excelentíssimo Senhor Domingos Ventura, também à prefeita, secretários municipais, servidores desta Casa, representantes das empresas. Eu acho que foi muito importante a gente, mais uma vez, abordar esses diálogos aqui, no sentido de trazer melhorias para a nossa população. Muito obrigado, boa noite e Deus abençoe a todos.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Doutor Aleff Diego.

**Vereador Dr. Aleff Diego:** Inicialmente, parabenizar a vereadora Sammantta novamente, requerente desta audiência. Doutor Domingos, que está sempre aqui conosco, na posse, na diplomação, em todas as lutas, parabéns. Aos moradores, quero agradecer os representantes. Tivemos diálogos favoráveis, alguns calorosos, mas todos estiveram presentes aqui. Uma pena que a TSL não pôde estar conosco hoje para

fazer esse diálogo. Parabenizar Pedro e Patrícia pela explanação, dados concretos, porque no que tange à MRS, eu acho vexatório uma empresa do nível desse porte chegar aqui hoje sem dados, chegar aqui sem elementos que deem sustentação ao que foi chamado, ao que foi proposto nesta audiência pública. Então, é lamentável isso, porque quando a gente faz um requerimento para uma audiência pública, já se coloca o que vai ser discutido. O mínimo que deve ser estudado são as características e as falas que vão ser abordadas aqui. Então, fica aqui o meu repúdio à empresa MRS pela explanação ineficiente, ao meu ver, neste plenário. E aos demais, tanto ao Terminal Serra Azul, do Terminal de Cargas, representado pelo Pedro, João Paulo, Samuel e Patrícia, parabéns por estarem aqui, por ouvir as nossas solicitações. O diálogo se constrói assim. Nem tudo é favorável, nem tudo é sim-sim, mas, com sim e não, a gente vai construindo uma cidade melhor. Muito obrigado.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Em tempo, só dizer que tem mais um requerimento, que é um requerimento ao DER solicitando informações sobre o projeto de duplicação da MG-040 e da MG-155, para a gente conhecer os projetos. Meus colegas parlamentares, estão de acordo com o requerimento? Aprovado. Eu passo a palavra agora ao Doutor Domingos Ventura.

**Dr. Domingos:** Vereadora Sammantta, prefeita, demais vereadoras, vereadores também, e todos os presentes, realmente foi uma audiência importante. Da parte do Ministério Público, nós temos um trabalho muito grande ainda a fazer e a concluir. De fato, na minha perspectiva, eu creio que a conclusão da municipalização precisa ser uma prioridade ímpar e muito séria da parte de uma união de esforços, parlamento e prefeitura, para desembaraçar todas as providências orçamentárias de implementação, implantação, seja da JARI, de Mário Campos mesmo, ou no município diverso, via convênio — isso tem que ser estudado também —, mas todas as iniciativas precisam ser ultimadas no menor prazo, porque aí nós teremos toda a força para, independente de quem seja a empresa, todo aquele que estiver violando o decreto, ele terá a consequência da multa, terá que fazer o seu retorno para o acesso lícito, alternativo, que já era para ser o principal a essa altura e ainda não é. Então, penso que, no plano da solução definitiva, a conclusão da municipalização do trânsito é fundamental, e vejo muita sinergia hoje entre poder executivo e poder legislativo. Todas as providências necessárias a essa implantação serão adotadas no menor prazo possível. Penso também que precisam ser estudadas medidas, pois, afinal, existe um ato, um decreto, estabelecendo vedação do trânsito, enquanto ainda não concluída a municipalização. Eu sugiro que sejam realizadas tratativas com a Polícia Militar também, em apoio à Prefeitura Municipal, no sentido de estudar alternativas para a realização dessas blitz educativas, mas que também redundem em medidas de observância efetiva do decreto que veda a passagem desses veículos pelos trechos aqui colocados, como forma de nós já buscarmos trazer providências, mas que creio que serão complementadas e concluídas com a efetiva municipalização, mas precisa ter esse estudo também de um apoio da Polícia Militar, junto com a Prefeitura, nessas medidas de fiscalização, nessas medidas que sejam educativas, mas que também tenham um viés mais propositivo. Precisa ser examinado direitinho, enquanto não se conclui a municipalização, e o Ministério Público continua à disposição para esse diálogo. Agora, da parte da promotoria, eu preciso bastante, prefeita, que seja enviado ao Ministério Público esse estudo que foi feito, com todos os seus anexos dos relatórios de fiscalização. Pelo que eu compreendi, não houve parada dos veículos durante esse levantamento, mas houve a identificação das empresas, a identificação das placas. Então, não só a apresentação, muito bem feita, mas também os anexos, tudo que lastreou o trabalho da Prefeitura nessa jornada de 2025, para fazer essa identificação do volume de tráfego pelas vias daqui de Mário Campos e a situação. Também um levantamento, prefeita, eu gostaria que fosse complementado dos custos que o município hoje possui com esse trabalho de limpeza nesses trajetos proibidos. É uma diligência muito importante para que o Ministério Público consiga, se puder, estimar ou trazer dados de custos mensais, custos já efetivados ao longo dos últimos períodos, para nós termos também uma visão do impacto econômico. Nós, de nossa parte, identificados esses poluidores, esses agentes que estão transitando em local proibido, esperamos que o Ministério Público adote as providências, seja num termo de ajustamento de conduta ou com ações respectivas, diante desses atos desconformes. Já tem um trabalho em andamento no âmbito do Ministério Público, nós temos um inquérito civil que trata desse assunto, e essas informações atualizadas serão muito importantes para darmos essa resposta definitiva. Porque eu penso que a municipalização concluída, a responsabilização desses agentes, e, sobretudo, a municipalização vai nos dar a nota da impessoalidade, sobretudo que, independentemente de qual será a empresa, se tiver alguém transitando fora dos parâmetros normativos, independentemente de quem seja usuário ou não dos serviços do terminal, o ilícito já estará ali configurado. Então, não só a sanção financeira, mas também o dever de ser parado e retornar para o caminho alternativo, que inclusive já existe. E é preciso ter realmente essa conclusão do serviço de municipalização para não haver maiores questionamentos. Agora, em relação aos terminais, o Ministério Público também certamente precisará dialogar mais aprofundadamente com as gestões, com as diretorias, com os operadores do terminal. Eu já gostei bastante dessa idéia de fazer uma integração, por exemplo, o município identificando aqueles que violam a norma local de trânsito, comunicar aos gestores dos Terminais de Carga para fins de aplicação de sanções em relação a esses

transportadores. Porque nós temos que, quando eu disse dos contratos coligados, são contratos que buscam o interesse comum. Qual é esse interesse comum? O escoamento da produção mineral. E cada contratado executa uma determinada etapa daquele objetivo comum de fazer o escoamento da produção. E aí que entra essa interdependência entre contratados, ainda que cada agente tenha o seu contratante e o seu contratado, só que eles estão coligados para aquela finalidade comum e esses deveres de responsabilidade que a gente precisa dialogar e chegar a um parâmetro de operação que passe por essa cadeia de esforço. Por exemplo, aqueles que o município identificou, como que o terminal pode tratar em termos contratuais, em termos de sanções? E até chegar nessa questão que até um dos vereadores trouxe da solidariedade, que é um tema também que nós vamos encontrar doutrina defendendo a solidariedade vinculada a esses contratados de forma coligada, ou seja, o passivo gerado por um pode resultar em responsabilidade pelo outro. É claro que a gente tem que examinar cada caso concreto, mas eu reforço essa visão da coligação, porque ela transcende aquela relação específica e individual entre usuários intermediários do terminal, porque existe, na verdade, o trabalho do terminal é executar uma das etapas do escoamento da produção. Então, acho que a gente tem que ter esse conceito com bastante clareza, porque ele vai trazer repercussões, sim, no que toca à gestão de todo o problema de ponta a ponta. É isso que eu trago de contribuição e também a palavra de que o Ministério Público seguirá, não só acompanhando os trabalhos do município na municipalização, mas realizando o trabalho mesmo da devida identificação daqueles para que tenham a sua responsabilização sob a ótica civil, sob a ótica ambiental em todas as suas nuances. Por isso que nós precisamos ser alimentados com esses dados novos coletados pela Prefeitura também.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Eu indago aos convidados se alguém quer fazer uso para as considerações finais. Não? Passo a palavra agora, então, à prefeita.

**Prefeita Andresa:** Primeiramente, vereadora, gostaria de parabenizar a senhora e demais parlamentares desta casa pela aprovação dessa importante audiência, agradecer aqui aos nossos colaboradores da Prefeitura, parabenizar a população presente, que desde o início até o fim está aqui para poder ouvir, em especial os encaminhamentos que serão adotados para minimizar esses impactos, aos servidores desta casa legislativa, que estão aqui conosco e a quem nos acompanha pela rede social. Porque é preciso ter um entendimento de todo o teor que nós estamos hoje tratando aqui neste momento. Agradecer às empresas pela presença, ao doutor Domingos, e dizer que nós crescemos na divergência e no diálogo. Eu costumo dizer assim: o diálogo antecede a guerra. O diálogo é capaz de fazer as mudanças e transformações necessárias. É por ele que as coisas se iniciam. O que nós não podemos é fechar os olhos e pensar assim: isso aqui não é meu, isso aqui não cabe a mim, a responsabilidade não é minha. Enquanto tem pessoas que estão sofrendo, estão adoecendo, estão sofrendo os impactos de uma forma que talvez não seja nem possível de reparar. Por quê? Se essa pessoa, uma vez, dependendo da situação dela — de um atropelamento na via ou de um acometimento de saúde — que tire a vida, aí nós não temos mais como reparar. Enquanto há vida, há reparação. E é isso que nós precisamos fazer aqui. Então, por parte da Prefeitura, nós tomaremos todas as medidas, iniciando pela blitz. Agradeço muito ao Fred, que trouxe toda essa explanação extremamente importante. Eu fiquei pensando, enquanto você falava, Fred: verdade, se eu tenho uma sala de monitoramento, eu sei quem chegou, quem saiu, quem cumpriu, quem descumpriu. Nós vamos colocar o 'Olho Vivo' nesta cidade, e isso vai facilitar muito a nossa vida. Nós vamos conseguir monitorar Mário Campos — quem entra e quem sai. Hoje, infelizmente, sem defeito, conforme eu coloquei inicialmente, é através do Departamento de Trânsito, anotando. E nós não paramos as carretas, Doutor Domingos, porque a gente realmente queria fazer a contagem. Porque, se a gente começa a parar as carretas, e aí, ao ter essa notícia de que estão sendo paradas, então usa-se a outra rota, e aí nós não conseguiríamos ter, verdadeiramente, o número de carretas que estavam passando pelo município. Então, foi esse o motivo. Nós faremos a blitz, para que haja comprovação, faremos a comunicação às mineradoras. Nós vamos utilizar, viu, Pedro, o que você fez lá no seu terminal, com toda a responsabilidade, de fazer o comunicado, para que as outras empresas também tomem as mesmas medidas e, com isso, a gente consiga trazer melhor qualidade de vida para a população. Em relação à municipalização do trânsito, doutor Domingos, é um compromisso nosso assumido. Nós já estamos trabalhando nessas diretrizes, nesse documento, e enviaremos para esta casa o pedido de suplementação, tendo em vista que nós não temos, na peça orçamentária, no QDD, essa previsão. Então, nós precisaremos incluir. E tenho a plena certeza de que, por esta Casa, nós não teremos nenhuma dificuldade. O diálogo aqui tem fluído muito bem. Essa sinergia que o senhor colocou é verdadeira. Nós estamos conseguindo fazer excelentes diálogos e fazer com que Mário Campos avance. Faremos o diálogo com a Polícia Militar para nos acompanhar nessas blitz educativas. Enviaremos o estudo ao MP completo, tanto com a apresentação quanto com o levantamento de todas as placas dos dias elencados que nós apresentamos. E, para finalizar, nós vamos também seguir fazendo o monitoramento. Não só a blitz, mas nós vamos seguir monitorando. Porque Mário Campos é uma cidade onde as pessoas têm passado e dito assim: "Nossa, essa cidade parece uma cidade que foi abandonada." E é de fato. Uma cidade em que você passa e vê minério no canto da estrada, de ponta a ponta. Uma cidade em que você

olha para as casas e elas estão tomadas de poeira. Uma cidade que tem o seu patrimônio cultural tombado como principal fonte cultural da cidade, hoje está, assim, sem condições de uso, inclusive por laudos do Corpo de Bombeiros. Então, é algo que nós precisamos resgatar: pertencimento. E a gente só faz isso quando as pessoas vêm que as mudanças estão acontecendo. E, para isso, todos nós somos chamados à responsabilidade. Falo aqui de um exemplo muito pequeno que foi feito, mas que trouxe um pertencimento gigantesco para esta cidade, que foi a revitalização da Praça da Matriz, onde foi colocado um letreiro: “Eu amo Mário Campos”. Porque nós que moramos aqui amamos esta cidade e lutamos por ela e pelo bem-estar da população. E a pintura dos bancos e do muro, contando a história de Mário Campos, colocou a cidade já em outro cenário. Ontem, na MM, nas associações às quais nós somos filiados, associados, o painel que aparece em Mário Campos já está com o novo letreiro. Então, isso identifica a cidade, isso traz cuidado. Isso foi feito por meio de parcerias extremamente importantes. Posso citar aqui, nesta noite, a Mineral do Brasil. Tem também o outro empreendimento que foi criado aqui ao lado do terminal, a Ecoman, que também fez essa parceria. Vamos citar o P também, que todas as vezes que a gente vai até lá e faz os diálogos, somos atendidos. Então, são ações que são pequenas, mas que trazem para a nossa população maricampense o significado de pertencimento. Mas, para além dessas ações, nós precisamos, de fato, enfrentar o problema do trânsito pesado em Mário Campos. As medidas sociais são extremamente importantes, mas as medidas efetivas — e aqui nós vamos pedir muito à Serra Azul — não nos ignorem, olhem para Mário Campos. Porque o acordo foi feito com São Joaquim de Bicas, mas as carretas de vocês passam, sim, por aqui, comprovadamente. Nós não estamos aqui falando de achismo, nós estamos afirmando. E nós temos as placas aqui e vamos disponibilizar para vocês, para que nos apontem quais são as que saem de lá e que prestam serviço. Nós já temos o levantamento de várias carretas. Olha, o Jota esteve na outra gestão, ele acompanhou. Nós vamos, inclusive, além de monitorar o município de Mário Campos, colocar monitoramento saindo lá da ponte dos Caminhoneiros, porque aí sim nós teremos a plena certeza de dizer para vocês, de mostrar: está aqui. Mas que vocês também tenham essa consciência, com todo esse monitoramento que vocês têm dentro da empresa, com todo esse recurso financeiro que vocês têm e com o poder que vocês detêm. Porque essa é a verdade: vocês ditam as regras e vocês são co-responsáveis. Então, nós precisamos unir forças, porque hoje a Governadora Magalhães Pinto é a mais sacrificada do município. A população está sofrendo demasiadamente. Então, os encaminhamentos pela Prefeitura estão aqui sendo corroborados. Nós vamos, sim, tomar todas as medidas. No dia 27, vocês estão convidados a participar da primeira parte, junto à MRS, que trará a resposta para vocês. Então, estão convidados, nesse primeiro momento, a estarem sentados junto a nós, para poderem, então, ter a devolutiva que vocês aguardam há tanto tempo. E, no que cabe à Prefeitura, nós tomaremos também todas as medidas. Agradeço a todos os presentes pela oportunidade. E seguimos juntos por uma Mário Campos melhor, mais digna e mais justa para todos. Muito obrigada.

**Vereadora Sammantta Bleme:** Informo que a ata desta audiência será lavrada e disponibilizada no site da Câmara em até 15 dias úteis, e encaminhada ao Ministério Público. A lista de presença será parte integrante da ata, referendando a participação popular. Quero agradecer a presença de todos os convidados pela disponibilidade em estarmos em debate hoje. Quero agradecer, mais uma vez, a presença do promotor, sempre tão solícito às pautas desta Casa. Inclusive, já deixo aqui registrado que, em setembro, teremos mais uma audiência, de minha autoria, sobre os serviços prestados pela Copasa, cuja data foi alinhada, mais uma vez, com o Ministério Público. Agradeço a todos os vereadores que estiveram aqui e que contribuíram conosco hoje. Agradeço aos colegas da mesa pelas contribuições deste dia. Agradeço a todas as assessorias presentes, mais uma vez, muito obrigada a todos vocês, que sempre abraçam todos os eventos desta Casa. Quero agradecer a todos os funcionários da Câmara — em especial, um agradecimento à Tainá, que é a nossa Gerente do Legislativo, pela contribuição e empenho. Sei que, nos últimos dias, exigi muito dela para que esta audiência fosse realizada. Ela colocou o carro na rua, foi, inclusive, entregar os convites. Agradeço. Agradeço, em especial, à minha assessoria, que também, nesses últimos dias, trabalhou dobrado para que conseguíssemos fazer todos os trâmites. Agradeço a presença de cada um de vocês da população, do comércio — que estou vendo aqui representados também. Sem a participação de vocês, nós não teríamos tido todos os debates. Agradeço a todos que preencheram o formulário, que foi muito importante para que a gente pudesse validar, eu acho que pela primeira vez na história, a participação do comércio de Mário Campos. Sabemos que, às vezes, nem todos conseguem estar aqui, e não é fácil também trabalhar o dia inteiro e, talvez, vir a uma audiência — mesmo que a fizéssemos à noite. Então, o formulário foi uma forma de alcançar a todos vocês. Agradeço aos 37 comerciantes que preencheram. Damos

por encerrada esta audiência pública. Desejamos a todos um bom retorno às suas residências.

Boa noite.



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL - MÁRIO CAMPOS/MG**

Lista de Presença – Audiência Pública – Trânsito em Mário Campos

07/05/2025

Nº	NOME	EMPRESA
01	José Paulo Souza	TSA
02	Marcelo da Silva	
03	Amanda RR Amora	Auto Paga Mario Campos
04	Rogério Ferreira de Souza	AUTO PAGA M. CAMPOS
05	Tomás de Almeida	Prefeitura
06	Antonio N. Filho	Mimim do Brasil
07	Matheus Amorim da S. Pinto	Prefeitura
08	Elizabeth Clara de Almeida	Prefeitura
09	Messias da Silva Alves	Prefeitura Municipal
10	José Maria Marques Lopes Coutinho	Prefeitura Municipal
11	Hean Santos	ART MOVEIS
12	Domingos Rogério C.	996632466
13	Érica Oliveira Alves	População
14	Carla Roberta	População
15	Andressa Rodrigues	População
16	Marcelo Augusto Di	População
17	Alexandre Rodrigues	População
18	Aline Danielle D. Guedes	Prefeitura
19	Leonidio Xavier de Jesus	Prefeitura
20	Érica Oliveira	Prefeitura
21	Frederico Frazivo Campos	
22	FREDERICO FRAZIVO CAMPOS	
23	Wellington J.	Prefeitura
24	Wilson Jr.	Legislativo
25	Ricardo Pinheiro	Prefeitura
26	Marcos Rodrigues	
27	Vitor Hugo de Souza da S.	
28	Marcelina M. Campos Franca	Prefeitura
29	José da Silva Pimentel	Prefeitura
30	Jhordan Gonçalves de Souza	
31		
32		
33		
34		
35		
36		



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL - MÁRIO CAMPOS/MG**



Lista de Presença – Audiência Pública – Trânsito em Mário Campos

07/05/2025

Nº	ASSINATURA
01	João Paulo Sousa - TSA
02	Patricia Natalia Alves - Mineral B
03	Samuel de Oliveira - TSA
04	Pedro Henrique D. Silva TCS
05	Somimo Ventura de Almeida Junior - MP
06	Lucaz Fernandes MRS
07	Samuel Alves MRS
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	